
Ânima Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ânima Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ânima Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ânima Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ânima Holding S.A. e da Ânima Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

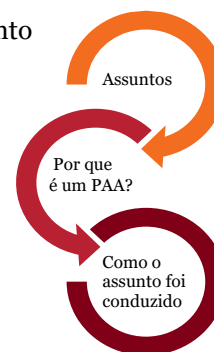
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ânima Holding S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisão para perdas esperadas em créditos (Nota explicativa 7)

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas em créditos, no montante de R\$ 520.781 mil (consolidado), representa 44,1% do saldo de contas a receber nesta mesma data.

A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância do valor das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2021, sobretudo em decorrência da aquisição das entidades do Grupo Laureate Brasil, e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais critérios estabelecidos na política da Companhia e os controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que têm como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (aging list), o status do aluno (ativo, inativo e graduado) e característica do título (mensalidade em aberto ou acordo).

Realizamos testes, em base amostrais, de conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como, recalculamos, com base nas premissas da administração, estimativa para perdas ao final do exercício social.

Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período. Essas análises levaram em conta ainda os efeitos sobre a evasão de alunos e a inadimplência resultantes dos efeitos econômicos da pandemia do Covid-19.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos são consistentes com as informações e documentos apresentados.

Avaliação do valor recuperável de ativos (Nota explicativa 15)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam R\$ 4.688.516 mil (consolidado), sendo R\$ 3.303.905 mil registrados como ágio e R\$ 1.384.611 mil referentes a licenças.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Por esse motivo, determinamos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos trabalhos de auditoria incluíram, entre outros, procedimentos relacionados à avaliação da definição pela administração das unidades geradoras de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa ou de receita (conforme aplicável), bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções (taxas de crescimento na perpetuidade, de receita e de gastos, taxa de desconto) mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos a análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações.

Obtivemos ainda o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do Covid-19 impactaram a performance dos negócios e os seus eventuais reflexos nas projeções.

Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos, razão pela qual consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são consistentes com dados e informações obtidos.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos.</p> <p>Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões.</p> <p>Para selecionadas causas mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas, sobretudo as de natureza tributária.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contratos de arrendamento (Nota explicativa 14) Na condução de seus negócios, a Companhia utiliza ativos de terceiros cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento os quais, segundo o pronunciamento contábil de arrendamento (IFRS 16/CPC (R2)), resultam no registro contábil de um passivo de arrendamento e de um correspondente direito de uso do ativo. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nos montantes de R\$ 1.556.878 mil e R\$ 1.382.681 mil, respectivamente, os quais envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos).	<p>Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) a avaliação dos procedimentos e critérios adotados pela administração no levantamento dos contratos de arrendamento, visando segregá-los entre os que contêm elementos de arrendamento e os que correspondem a uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos que se encontram no escopo das isenções previstas no pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases).</p> <p>Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, nossos procedimentos compreenderam: (i) avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos prazos contratuais, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa incremental de desconto utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) recálculo, em bases amostrais, de contratos selecionados, para verificar o valor do passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso reconhecidos; (iv) leitura e entendimento das divulgações em notas explicativas.</p> <p>Avaliamos também a aplicação do expediente prático previsto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) relativamente às concessões de benefícios em contratos de arrendamento que ocorrerem como consequência da pandemia do Covid-19.</p> <p>Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Combinações de negócios (Nota explicativa 5) <p>A Companhia realizou combinações de negócios no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, das quais as mais relevantes foram a opção de compra da manutenção da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, em 20 de janeiro de 2021, pelo valor nominal da aquisição de R\$ 309.013 mil e do Grupo Laureate Brasil, em 28 de maio de 2021, pelo valor nominal da aquisição de R\$ 3.860.140 mil. A aquisição do Grupo Laureate Brasil contemplou ainda a venda concomitante de 100% da participação no capital das Faculdades Metropolitanas Unidas (“FMU”).</p> <p>O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo e da determinação do preço de aquisição nessas combinações de negócios envolveu a contratação de especialistas externos pela administração e o exercício de julgamentos sobre estimativas críticas. As estimativas utilizaram dados e premissas subjetivas tais como a projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a análise da probabilidade de perdas em contingências, bem como os reflexos tributários das combinações de negócios. Por essas razões, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Efetuamos a leitura do conjunto de acordos e dos principais documentos que suportam as transações, bem como, realizamos reuniões com a administração, com os assessores jurídicos e com os consultores externos da Companhia para entendimento das transações e dos respectivos impactos jurídicos e contábeis relacionados com as aquisições.</p> <p>Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão dos laudos de alocação do preço de compra nas combinações de negócios. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e das principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas aquisições, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.</p> <p>Efetuamos também, revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e as adquiridas.</p> <p>Verificamos ainda os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são consistentes com dados e informações obtidas e analisadas em nossa auditoria.</p>

Ânima Holding S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Ânima Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Ânima Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG 075204/O-0

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2020.

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia entende que é útil para os usuários das demonstrações financeiras apresentar o resultado de suas operações considerando-se determinados ajustes e reclassificações de caráter gerencial. Visando a clareza e transparência para com o leitor do Relatório da Administração, apresentamos no Anexo I deste relatório a reconciliação dessas informações de caráter gerencial com aquelas constantes das demonstrações financeiras.

Sobre a Ânima

Com o propósito de transformar o Brasil por meio da educação, a Ânima é o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade do país, que reúne um portfólio de marcas valiosas e atua como um dos principais protagonistas de educação continuada na área médica. Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade.

Formada por uma comunidade de aprendizagem com aproximadamente 330 mil pessoas, composta por mais de 320 mil estudantes e cerca de 18 mil educadores, distribuídos em 18 instituições de ensino superior e em mais de 500 polos de apoio por todo o território nacional. Nossas instituições: UNA, Anhembi Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR.

Integradas ao Ecossistema Ânima estão as verticais especialistas em suas áreas, como HSM, HSM University, Ebradi (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil, Inspirali, IBCMED, BSP, Cedepe, Gama Academy e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, e o Instituto Ânima.

MISSÃO

Construir uma rede nacional de instituições de educação fundamentada na meritocracia, comprometida com a qualidade, inovação e avaliação do processo de aprendizagem e integrada à cultura regional.

VISÃO

Transformar o país pela educação, sendo referência em práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, respeitando a pluralidade, a valorização das pessoas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

VALORES

Comprometimento, cooperação, reconhecimento, respeito, transparência e inovação.

PRINCÍPIOS

- **TRANSFORMAÇÃO** – transformar o país pela educação é o que nos move.
- **O ALUNO** – o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração.
- **TECNOLOGIA** – a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país.
- **CONFIANÇA** – confiamos em nossas escolas e nossos filhos estudam nelas.
- **INTERAÇÃO** – em uma escola, até as paredes educam. A educação está em cada interação.
- **LÍDERES** – nossos líderes são empreendedores.
- **FUTURO** – o resultado não é um fim, mas o meio para se construir o futuro.
- **A ÂNIMA** – a Ânima é da Ânima.
- **LIBERDADE E LEALDADE** – entregamos o que prometemos com liberdade na discussão e lealdade na execução.

Mensagem da Administração

No ano de 2021, que se tornou mais um grande marco em nossa história, atingimos a maioria da Ânima Educação ao completarmos 18 anos de existência. A coragem e confiança no futuro sempre nos marcaram desde a nossa fundação e estiveram presentes em momentos de grande turbulência nesses últimos anos, como a crise financeira de 2008, as mudanças significativas do FIES (2014) e a pandemia iniciada em 2020. Na realidade, as mudanças do ambiente se tornaram propulsores para nos reinventarmos e alcançarmos grandes realizações, como a aquisição do UNIBH em 2009, o projeto de expansão orgânica (Q2A) em 2016 e a aquisição transformacional que realizamos em junho de 2021, concretizando a formação do maior Ecossistema de Educação Superior de Qualidade do Brasil. Essa nova Companhia é a tangibilização de uma grande conquista, fundamentada em um elevado senso de responsabilidade na realização do nosso propósito, que é a construção de um País melhor, transformado por uma proposta de educação de qualidade.

Nessa direção, reafirmamos nossa significativa capacidade de execução demonstrada nas integrações, neste ano de 2021, de instituições como a Unisul, a Milton Campos, todas as 10 marcas das unidades em integração junho/21, a Gama Academy e o IBCMED. Atentos às oportunidades de M&A, fomos disciplinados e resilientes, realizando movimentos de expansão de nossa proposta, por meio da aquisição de instituições de ensino com marcas fortes e tradicionais, de alta reputação, alinhadas com nosso posicionamento, e com potencial de ganhos significativos de margem, consolidando a oportunidade de edificar nossas estratégias de crescimento com verticais de ensino abrangendo não somente a graduação, mas também relacionadas a toda a vida de nossos alunos.

Fomos capazes de conjugar ao destacado aumento de nossa escala, evidenciado no número de alunos e na Receita Líquida, uma expressiva expansão de margens que se refletiram em uma forte geração de caixa. Assim, de um lado, nos tornamos uma nova companhia em escala, poder de transformação, presença geográfica, resultados e margens operacionais; de outro, reafirmamos e reforçamos nossa essência, nossos valores e nossos princípios. Seguimos aprendendo muito e nos fortalecendo ainda mais para perenizar a Companhia, especialmente neste momento de grandes mudanças tecnológicas, visando sobretudo, agregar mais valor aos nossos estudantes, nossos *stakeholders*, à toda a sociedade e ao País.

Assim, encerramos o ano de 2021 com uma Receita Líquida de R\$ 2.650,8 milhões, +86,5% vs. 2020 e alcançamos, no 4T21, uma Receita Líquida de R\$848,5 milhões, +125,7% superior frente ao mesmo período de 2020, explicados majoritariamente pela expansão da base de alunos oriunda de aquisições. Em relação ao EBITDA Ajustado, em 2021 apresentamos um resultado de R\$ 802,7 milhões, superior em 113,9% ao mesmo período no ano anterior com uma margem de 30,3% (+3,9pp vs. 2020). No 4T21 reportamos um EBITDA Ajustado de R\$159,2 milhões, 143,1% superior ao 4T20, e margem de 18,8% (+1,3pp vs. 4T20). Tais resultados capturam as margens de eficiência operacional adquiridas pela diluição da nova escala do Ecossistema Ânima.

Os resultados em 2021, portanto, possibilitaram uma significativa Geração de Caixa Livre de R\$638,3 milhões, equivalente a 79,5% do EBITDA Ajustado no período. Destaque especial deve ser dado à captura de sinergias já realizada nesse ano de 2021, referente à integração das aquisições recentes que alcançaram o valor de R\$78,7 milhões, representando um montante, em bases anuais, de R\$134,9 milhões, ou 38,5% da estimativa de R\$350,0 milhões sinalizadas ao mercado no momento do *closing*. Tais indicadores ratificam nossa capacidade de execução operacional para continuar expandindo nossos resultados. Estabelecida a nossa pauta prioritária de desalavancagem, o aumento continuado da nossa geração de caixa e a permanente avaliação dos nossos ativos com vistas a geração de valor, são os meios para assegurar a crescente solidez da nossa Companhia. A Inspirali é bom exemplo de iniciativa bem sucedida. Estabelecida a nossa pauta prioritária de desalavancagem, o aumento continuado da nossa geração de caixa e a permanente avaliação dos nossos ativos com vistas a geração de valor, são os meios para assegurar a crescente solidez da nossa Companhia. A Inspirali é bom exemplo de iniciativa bem sucedida.

O ano de 2022 se inicia, portanto, com novas perspectivas e oportunidades, das quais vale destacar três iniciativas: A Inspirali, que segue seu ritmo de crescimento ainda mais robustecida pela aliança estratégica com a DNA Capital; o Ensino Digital, que representa uma nova avenida de crescimento; e as perspectivas da continuidade da implementação de sinergias provenientes das aquisições realizadas em 2021.

A Inspirali encerrou o ano de 2021 com uma Receita Líquida de R\$679,1 milhões e Resultado Operacional de R\$443,3 milhões, com margem de 65,3%. Além de resultados que já impressionam, existe uma expansão orgânica relevante contratada para os próximos anos que contribuirá positivamente com os resultados de 2022, além de novas oportunidades a serem trabalhadas em conjunto a partir da aliança estratégica com a DNA Capital. Essa parceria significará uma relevante integração entre a academia e o mundo do trabalho, através de projetos de extensão, campos de prática e empregabilidade como proposta de valor totalmente diferenciado para os alunos da Inspirali. A aliança firmada conta com um investimento de R\$1,0 bilhão por parte da DNA, fortalecendo a estrutura de capital da Inspirali, ao mesmo tempo em que representa uma união de forças de qualidade e reputação destacadas entre educação médica e a indústria do *healthcare*.

Da mesma forma, o Ensino Digital (EAD), com seu crescimento acelerado, se configura como uma nova avenida de crescimento, dentro de uma estratégia de acessibilidade de educação de qualidade conciliada à capilaridade, que permitirá contribuição de maiores margens neste negócio em curto espaço de tempo. A parceria com a Telefônica Brasil permitirá a criação de uma plataforma digital de educação com cursos livres de capacitação, com foco em educação continuada e empregabilidade de amplo acesso. Tal movimento, conciliado com o movimento de expansão de nosso Ensino Digital, reforça nossas crenças de construção de um Ecossistema capaz de agregar maior

conhecimento de forma cada vez mais acessível e inclusiva aos brasileiros. Encerramos o ano de 2021 com esta unidade de negócio compondo mais de 114 mil alunos em nossas bases, na graduação e na pós-graduação *lato sensu*, o que representou uma Receita Líquida de R\$106,8 milhões (4,8% da Receita Líquida total consolidada) e um Resultado Operacional de R\$27,5 milhões e uma margem operacional de 25,7%. Com a evolução desta estratégia, assim como já percebemos no 4T21, o Ensino Digital será cada vez mais representativo em nossos resultados, se constituindo como uma alavanca adicional de sinergias.

Alinhado a estes dois fatores, as sinergias esperadas para a integração das aquisições do último ano, poderão ser capturadas por meio de duas grandes frentes: integrações de todos os sistemas operacionais e implementação do nosso modelo acadêmico – Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A) – que é orientado a uma formação por competências, combinando de forma otimizada o uso de presencialidade e tecnologia. Por outro lado, a inflação elevada de 2021 gera uma pressão sob os custos e despesas do ano subsequente, uma vez que os índices relacionados a esta inflação muitas vezes são âncoras para definição de reajustes de pessoal, fornecedores e outros elementos importante para a operação cotidiana.

Assim, celebramos o encerramento do ano de 2021 de forma extremamente bem sucedida, reafirmando nossa missão de *Transformar o País pela Educação*, implementando um ensino de qualidade com escala e nos empenhando para sermos cada vez mais acessíveis àqueles que objetivam uma aprendizagem diferenciada. Acreditamos que (i) com o suporte de nossos educadores e educadoras, (ii) reforçado pela estratégia de Transformação Digital que vem ocorrendo nos últimos anos, (iii) sustentado por um modelo acadêmico (E2A) que busca a excelência, colocando o aluno no centro e visando seu desenvolvimento por competências, (iv) além de uma capacidade de execução que permite exponencializar as oportunidades das verticais de conhecimento para um mundo em que todos somos cada vez mais *Lifelong Learners*, seguimos no caminho correto para superar os desafios que estão por vir e dar continuidade ao nosso crescimento.

A ADMINISTRAÇÃO

Qualidade Acadêmica

O INEP/MEC fornece parâmetros sobre a qualidade acadêmica no País por meio dos resultados publicados regularmente e que nos permitem avaliar nossas conquistas a partir das ações que promovemos todos os dias dentro das nossas unidades, de forma comparável às demais instituições de ensino superior brasileiras.

Em 2021, com a aquisição transformacional realizada, passamos a consolidar também 9 tradicionais instituições, que se uniram ao nosso Ecossistema para reforçar ainda mais nossa trajetória de transformação do País através da educação de qualidade. Os dados nessa nova fase da Ânima continuam ratificando a elevada qualidade acadêmica de nossas instituições.

As constatações obtidas por meio dos indicadores publicados são o resultado daquilo que temos defendido e estabelecido como premissa desde a nossa fundação: um projeto de educação sustentável no longo prazo depende de uma proposta de qualidade, que agregue valor efetivo na vida de quem sonha com essa realização e se torna, a partir da experiência de aprendizagem significativa, um agente transformador da sociedade.

O IGC é o principal indicador de qualidade das instituições de ensino. Seu cálculo consiste na média ponderada, pelo número de matrículas, entre o CPC (Conceito Preliminar de Cursos) da graduação e a nota CAPES dos cursos *stricto sensu*. Nesse indicador, nossas IES consolidadas apresentam maior proporção de alunos com conceitos superiores (4 e 5) do que o conjunto das demais instituições privadas (listadas e não listadas), além do menor percentual de alunos com conceitos 1 e 2 entre estas instituições.

Analisando apenas as unidades em integração junho/21, observamos que 67% dos seus alunos estão matriculados em instituições com notas 4 e 5. Pautados na premissa da qualidade acadêmica e seguindo nosso histórico de aprimoramento contínuo, já estamos trabalhando de forma prioritária no incremento dos indicadores MEC dessas marcas, para ampliação de alunos matriculados em cursos da mais alta qualidade, em linha com as marcas já integradas. Mesmo considerando a oportunidade das novas marcas, seguimos com um total de alunos matriculados em IES com notas 4 e 5 muito superior aos demais grupos listados e privados.

A confiança em nosso modelo acadêmico, o E2A, também reforça o caminho de nosso aprimoramento contínuo, especialmente ao analisarmos as notas obtidas em avaliações de autorização dos cursos solicitados, desde 2018, ano em que passamos a implementar o E2A como modelo acadêmico. Entre os 375 registros solicitados e já autorizados, para os mais diversos cursos presenciais nas diferentes instituições pelo País, 94% receberam notas 4 e 5 de Conceito de Curso em suas autorizações. Esse resultado reforça a força do E2A e, também, a confiança de que a implementação desse modelo acadêmico nas unidades em integração junho/21 nos permite seguir trilhando o propósito de Transformar o País pela educação, por meio de ensino de qualidade.

Desempenho Operacional do Ensino Acadêmico

Base de alunos

Optamos por apresentar nossa base de alunos do segmento Ensino Acadêmico considerando, além das subdivisões tradicionais (com e sem aquisições), também a base de alunos da Inspirali (nossa vertical de medicina), deixando de incluir os cursos de pós-graduação *lato sensu*, que passaram a integrar o bloco *Lifelong Learning*.

Com o fechamento da transação de aquisição dos ativos da Laureate Brasil no final do mês de maio, a partir de 1 de junho de 2021, as instituições UAM, UNIFACS, UnP (Potiguar), UniRitter, FADERGS, UniFG (Guararapes), IBMR e FPB (“unidades em integração junho/21”) passaram a compor o Ecossistema Ânima pelo que, desde o 2T21, assim como a Faculdade Milton Campos (adquirida no mês de abril), estão sendo consideradas nas respectivas linhas de aquisições do segmento Ensino Acadêmico. Por estarem constituídas exclusivamente com cursos de pós-graduação *lato sensu*, as marcas Business School São Paulo (BSP) e CEDEPE Business School integram o bloco *Lifelong Learning*.

Encerramos o ano de 2021 com uma base de 321,0 mil alunos, representando crescimento de 191,2% em relação ao registrado no ano anterior. Esse crescimento é resultado do importante movimento que realizamos em 2021 em que integramos ao nosso Ecossistema novas instituições (Unisul, Milton Campos e unidades em integração junho/21), e que, ao final do ano, quase triplicaram a nossa base de alunos frente a 2020: um marco transformacional na história da Ânima.

Considerando a base de alunos da Graduação, Mestrado e Doutorado, registramos crescimento de 124,1% em 2021 em relação a 2020, explicado pelas aquisições do ano, encerrando o ano com 244,0 mil alunos. Excluindo as aquisições, observamos redução na base orgânica frente ao mesmo período do ano anterior, em linha com o observado ao longo do ano. Especificamente na Inspirali registramos crescimento de 309,5%, demonstrando a relevância da nossa estratégia de expansão inorgânica – aquisições 2021 representam aproximadamente 70% da base da Inspirali – que, em conjunto com o crescimento da base orgânica, proporcionaram uma significativa mudança de escala da nossa vertical de medicina, chegando a aproximadamente 10 mil alunos.

Em 2021, os cursos digitais de graduação (EAD) passaram a ter maior relevância no nosso Ecossistema com as unidades em integração junho/21. Assim, encerramos o ano com uma base de 75,4 mil alunos de graduação nessa modalidade, representando 23,5% do total da nossa base de alunos do Ensino Acadêmico, escala que reforça a oportunidade de fortalecermos a oferta de cursos dentro da proposta híbrida flexível, tendo papel relevante para entrada de novos alunos ao nosso Ecossistema.

Em 29 de outubro de 2021, foi concluída a transação realizada com a Bahema referente à alienação das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau (“EIs”) e do Colégio Tupy (“COT”), assim registrando redução na base orgânica de alunos de Ensino Básico e Técnico em 81,3% em relação ao 4T20, encerrando assim o trimestre com 1,5 mil alunos, em sua maioria das unidades em integração junho/21, relacionados exclusivamente ao ensino técnico.

Ticket médio

Encerramos o ano de 2021 com ticket médio líquido na nossa base orgânica (que exclui as aquisições dos últimos 12 meses) em trajetória de recomposição em linha com o observado ao longo do ano, registrando assim, evolução de 0,8%. Desde o 3T21, com a finalidade de equalizar a metodologia das IES integradas e em integração, reclassificamos os Descontos Financeiros Concedidos a Alunos, que são despesas inerentes a dispensas de multas e juros de renegociações, transferindo-as das despesas financeiras para redutoras da Receita Líquida. Sem esse impacto, o ticket médio líquido orgânico teria crescido 3,7%, praticamente em linha com inflação de 2020, que foi base para o reajuste de ticket em 2021.

Ao analisarmos o ticket médio líquido do ensino acadêmico, considerando as aquisições, mas excluindo os efeitos dos cursos digitais, registramos um ticket estável em relação a 2020, encerrando o ano em R\$971. Considerando apenas as aquisições, que são influenciadas pelas unidades em integração junho/21, e que contam com uma parte relevante de seus alunos matriculados no Ensino Digital, essas unidades apresentaram um ticket médio líquido de R\$750. Ao excluir o efeito desses cursos, o ticket registrado foi de R\$962 no período.

Ainda no que se refere às unidades em integração junho/21, que, por sua representatividade, têm relevante influência no comportamento do ticket líquido, identificamos importantes oportunidades de evolução ao integrarmos sistemas e ferramentas que revertam a atual tendência de ticket dessas unidades para a mesma direção que temos trabalhado nas unidades orgânicas, entendendo que quando se trata desse indicador, pelos ciclos do próprio negócio, os efeitos são obtidos de acordo com o amadurecimento e renovação da base de alunos.

Seguimos evoluindo buscando sempre uma relação ótima do ticket com o número de alunos que leve à maximização da Receita Líquida. Este esforço é sustentado por um tripé que envolve: (i) uma forte governança de gestão no acompanhamento do desempenho do ticket; (ii) a utilização de ferramentas tecnológicas que, com utilização intensiva de dados, nos permitem uma gestão granular dos valores de mensalidades e de bolsas; e (iii) a evolução do nosso portfólio com maior foco em cursos de tickets mais saudáveis.

As estratégias de integração e as atividades necessárias para, gradualmente, implementar as ferramentas necessárias para aprimorar a estratégia comercial nas unidades em integração junho/21, seguem ao longo do ano, ampliando oportunidades para os processos corrente e futuro de captação.

Evasão Graduação

Encerramos o quarto trimestre do ano com evasão de 5,9%, superior 1,1pp em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como observado no trimestre anterior, registramos uma maior evasão nas unidades em integração junho/21, uma vez que, se considerarmos apenas as unidades orgânicas, teríamos redução na evasão para 3,7% (-1,1pp vs 4T20). Esse movimento é resultado dos contínuos esforços da nossa equipe de retenção, somado às ferramentas de gestão desenvolvidas pela transformação digital, reforçando a resiliência do nosso modelo acadêmico híbrido e de nossa proposta diferenciada de qualidade. Assim, esse importante trabalho que tem trazido resultados nas unidades integradas, passa gradativamente a ser implantando nas unidades em integração junho/21, desde o segundo semestre de 2021, nos criando mais uma oportunidade de crescimento da nossa base de alunos.

Com a união das instituições em integração junho/2021 ao ecossistema Ânima, passamos a monitorar inicialmente a base de alunos usando critérios vigentes em cada instituição. Por essa razão, observamos algumas entradas no 4T21, que representam ajustes referentes a alunos que tiveram matrículas, rematrículas e captação extemporâneas – realizadas em momentos distintos dos critérios utilizados e apresentados anteriormente, e que aconteceram até o final do 3T21. A equalização dos critérios está em implementação para todas as instituições a fim de que considerem critérios idênticos de monitoramento e estará finalizado a partir do 1T22.

Financiamento Estudantil

A nossa base de alunos que utiliza financiamento apresentou redução no percentual total desde a consolidação das unidades em integração/junho21, uma vez que essas instituições contavam com uma base maior de alunos sem nenhum tipo de financiamento (94,5% da base de alunos da graduação das IES em integração junho/2021 não contavam com financiamento), e encerramos assim o ano de 2021 com o reflexo desse movimento, com uma base de 10,9% de alunos usando algum tipo de financiamento (-9,7pp vs. 2020).

Considerando contratos finalizados no 4T21, a captação utilizando a modalidade FIES foi menor que no mesmo período anterior, explicado pelo mesmo efeito de menor proporção de alunos financiados nas unidades em integração junho/2021. Nas unidades orgânicas, observamos estabilidade na proporção de novos alunos utilizando essa modalidade de financiamento, em relação ao segundo semestre de 2020.

Na modalidade de financiamento privado, o Pravalor é utilizado nas unidades orgânicas, que registrou, no segundo semestre, uma queda em comparação ao mesmo período do ano refletindo o momento econômico e de crédito restritivo pelo qual passa o país. As unidades em integração junho/21 passarão a oferecer, de forma estruturada, essa modalidade de financiamento aos novos alunos ingressantes em 2022. Dessa forma, encerramos 2021 com 1,7 mil novos alunos utilizando financiamento, que representa 4,1% da captação. Com a redução observada em ambas as modalidades, aliada ao crescimento da captação na base orgânica, constatamos que os novos alunos estão menos dependentes de alternativas de financiamento para iniciar sua graduação.

Ao final de 2021, a base de alunos financiados pelo FIES representou 7,3% dos alunos, redução de 5,9pp em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo a tendência que observamos de redução de alunos usando a modalidade de financiamento além da menor proporção com unidades integradas em junho/21. No financiamento privado, considerando que apenas as unidades integradas oferecem a modalidade Pravalor, registramos na base total de alunos redução em relação ao mesmo período do ano anterior, com percentual de financiamento privado na base de alunos é de 3,6%, sendo 1,3% alunos utilizando o crédito do nosso balanço.

A integração das unidades de junho/21 fortalece, portanto, nosso perfil de uma maioria consistente (quase 90% da nossa base) de alunos sem qualquer tipo de financiamento, reafirmando a resiliência de nosso modelo de qualidade. Não obstante, a inexistência estruturada, até então, da oferta de Pravalor nas unidades em integração junho/21 se configura como uma oportunidade para expansão desta carteira de financiamento privado, oferecendo alternativas adicionais a mais candidatos e alunos dessas marcas.

Desempenho Financeiro Consolidado: Ensino Acadêmico + LLL

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A Receita Líquida consolidada atingiu R\$2,6 bilhões em 2021, com crescimento de 86,5%, impulsionada pelas aquisições, principalmente das unidades em integração junho/21, evidenciando a nova escala da Companhia. Desconsiderando as aquisições, ficamos praticamente estáveis no reconhecimento da Receita Líquida do Orgânico de 2021, com uma pequena redução de -0,7% em relação a 2020.

Dentro do significativo crescimento reportado acima, podemos destacar a relevância de duas unidades de negócio estratégicas e de forte expansão: a Inspirali, nossa vertical de medicina, que já representa 25,6% da Receita Líquida em 2021 e o EAD, que, com apenas sete meses de contabilização, já representa 4,8% da Receita Líquida, se consolidando como uma nova alavanca de crescimento para a Companhia.

Vale salientar que a Receita apresentada em 2021 traz uma atualização metodológica contábil no seu critério com a finalidade de equiparar os resultados de todo o Ecossistema Ânima. Assim, esse desempenho foi obtido mesmo com um impacto negativo de -R\$54,8 milhões, contabilizados como redutor da Receita Líquida, por conta da reclassificação dos Descontos Financeiros Concedidos a Alunos que, anteriormente, integravam as Despesas Financeiras. Este montante se refere ao impacto acumulado da referida conta em 2021, sendo registrado nesse 4T21 o montante de -R\$13,5 milhões. Essa reclassificação não traz qualquer alteração no Resultado Líquido, nem na geração de caixa, mas impacta a Receita Líquida e os diferentes níveis de Resultado Operacional desde o Lucro Bruto até o EBITDA.

LUCRO E MARGEM BRUTA CONSOLIDADOS

A Margem Bruta de 2021 atingiu 62,6%, uma melhora de 3,1 pp em relação a 2020, com destaque para ganhos de eficiência acadêmica do nosso modelo E2A, principalmente nas unidades integradas, conforme já destacávamos previamente. Chegamos assim muito próximo da maturidade almejada pelo modelo acadêmico nas referidas unidades, o que reforça nossa confiança na continuidade da implementação do E2A, nos próximos ciclos, nas aquisições realizadas a partir do final de 2019. Para as unidades em integração junho/21, estes ganhos também poderão ser capturados a partir de 2022, mas em menor escala, visto que essas unidades possuem maiores níveis de eficiência docente do que as demais aquisições anteriores.

Com o retorno das aulas presenciais, que ocorreram desde o mês de agosto de forma rotacionada, os custos com Aluguel e Ocupação voltaram a ser levemente maiores nesse trimestre. Contudo, ainda menores se comparados a períodos pré-pandêmicos. Isso está relacionado à nova dinâmica do segmento e dos benefícios provenientes também do modelo acadêmico, que nos dará oportunidades para minimizar impactos deste grupo de contas por meio de alternativas de melhor aproveitamento dos espaços físicos dos nossos *campi* a partir de parcerias, como destacamos desde o final do 2T21. Com isso, apesar da pressão inflacionária, seguimos atuando fortemente nas renegociações e otimizações de ocupação, visando atenuar esse efeito.

Os Serviços de Terceiros também foram impactados pelo retorno ao *campus*, com recomposição dos custos de limpeza e segurança. Adicionalmente, tivemos mais honorários de instrutores nos cursos *in company*, tal como a realização presencial da HSM Expo, ambos do segmento *Lifelong Learning*. Isso se justifica também pelo retorno presencial nas empresas e por consequente realização dos programas de treinamento e eventos presenciais. Por isso, estes gastos não são diretamente comparáveis com o mesmo período do ano anterior, que apresentavam restrições de contato social.

Já os outros custos também são diretamente afetados com efeitos provenientes ao retorno presencial das unidades, isso porque os principais impactos estão relacionados às manutenções dos *campi*, convênios e parcerias relacionados às aulas práticas, assim como gastos de laboratórios e infraestruturas de TI. Neste grupo, estão concentrados os custos com convênios e parcerias diretamente relacionados aos campos de estágio obrigatórios nos cursos de saúde e, principalmente, na medicina. Com o crescimento da Inspirali, esses custos vêm ganhando maior relevância em nossas operações. Já no segmento *Lifelong Learning*, a HSM Expo também impacta estes gastos com o retorno presencial. Com isso, apesar de um aumento proporcional a Receita Líquida se comparado a 2020, conseguimos manter margem frente a períodos prévios ao início da pandemia.

RESULTADO E MARGEM OPERACIONAL CONSOLIDADOS

Reportamos assim, um Resultado Operacional de R\$1.103,6 milhões (+115,7% vs. 2020), com uma margem de 41,6% (+5,6pp vs2020). Esse resultado demonstra a assertividade das aquisições realizadas e do êxito do processo de integração planejado e apoiado pelo ETI (Escritório de Transformação e Integrações), que potencializa a captura de sinergias e os ganhos de eficiência gerados pelo significativo aumento de escala da Companhia.

No grupo de Despesas Comerciais, observamos estabilidade em relação ao ano anterior, seja na linha de PDD (Provisão para Devedores Duvidosos) seja nas despesas de Marketing. Não obstante, tivemos especificamente no 4T21 um efeito nas Despesas Comerciais que majorou o impacto na apuração de nossos resultados (+3,3pp). O fator de maior importância neste grupo está relacionado à PDD (+4,7pp

vs 4T20). Como mencionamos no 3T21, unificamos os critérios de apuração desta linha, levando a significativas provisões adicionais nas unidades integradas, o que representou uma piora de +5,9pp. Também contribuiu para esse aumento o maior rigor, nas unidades integradas, das práticas de renegociações de mensalidades em atraso.

Iniciamos importantes medidas, a partir dos aprendizados obtidos com as unidades em integração junho/21, na linha de intensificação de nossos processos de cobrança preventivos, reformulação de políticas de negociação e *capacity* adequado para cobrança recorrente. Esperamos, com isso, ao longo de 2022, uma melhoria importante nos níveis de provisão observados, sempre na busca de otimizar a correlação entre os índices de evasão e PDD.

O comportamento das Despesas Gerais & Administrativas proporcionou no 4T21 um ganho de eficiência operacional de 0,6pp frente ao mesmo período do ano passado, capturando parte das sinergias esperadas no processo de integração. Já as Outras Receitas Operacionais apresentaram um ganho significativo frente ao mesmo período de 2020 devido aos benefícios relacionados ao retorno presencial dos *campi*, que permitem sublocações e melhor utilização dos espaços destes locais por terceiros. Também contribuiu nesta linha a venda das escolas internacionais, conforme informado em junho/21, que gerou um impacto positivo de +R\$ 27,1 milhões neste trimestre, devido ao fechamento ocorrido em outubro. Por outro lado, nas provisões tivemos um impacto referente a contingências jurídicas que tiveram desfecho desfavorável nesse 4T21 e impactaram o resultado em -R\$21,0 milhões.

RESULTADO OPERACIONAL POR SEGMENTO

A partir do 1T21, apresentamos nossos resultados divididos em dois segmentos atualizados ao momento estratégico da Companhia e que melhor se alinham à visão da gestão de nossos negócios. Assim, passamos a reportar o segmento Ensino Acadêmico, subdividido em dois blocos de acordo com seu estágio de maturação: Bloco Base que, além das unidades maduras, passa a ser composto pelas aquisições realizadas em 2016 e pelas unidades antes destacadas na expansão orgânica (a maturidade dessas operações nos indica que uma melhor análise se faz a partir de uma visão desse conjunto de unidades); e Bloco Aquisições, formado pelas unidades das marcas adquiridas em 2019, 2020 e 2021, incluindo a partir do 2T21, as unidades em integração junho/21. O Segmento *Lifelong Learning* considera os cursos de pós-graduação *lato sensu* e os cursos livres de todas as nossas marcas, da hsm, da hsmU, da Ebradi, da Business School São Paulo (BSP) e do CEDEPE Business School.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO CONSOLIDADOS

Atingimos um EBITDA Ajustado de R\$802,7 milhões em 2021, representando um crescimento de 113,9% em relação a 2020 e avanço de 3,9pp na margem, para 30,3%. Esse crescimento é proveniente, principalmente, da assertiva estratégia implementada de aquisições, focada em instituições com forte atuação em medicina e que corroboraram o crescimento tanto de valor absoluto, quanto de margem dos últimos períodos. Para este resultado, em que alcançamos novos patamares de escala, apresentamos já 7 meses de impacto de resultado das unidades em integração junho/21, acrescido aos resultados das integradas. Assim, até completarmos um ciclo completo desta aquisição, continuaremos acompanhando um movimento de expansão de margens e resultados, que poderão se estender de forma sustentável posteriormente com a conquista de sinergias ambicionadas e destacadas no momento de aquisição.

Ao analisarmos as despesas corporativas, podemos perceber uma evolução de forma proporcional à Receita Líquida, provenientes de três principais movimentos: suporte à integração, por meio do Escritório de Transformação e Integração (ETI), a centralização de atividades que visam ganhar maior eficiência operacional e provisionamento dos planos de incentivo. Esperamos, à medida que o processo de integração continue ocorrendo com o êxito obtido até o momento, observar uma maior diluição das despesas corporativas, coerente com os ganhos de escala a ser experimentado pela Companhia.

No ETI, tivemos gastos para garantirmos a integração de forma pontual, como os relacionados a advogados, consultorias e outros de natureza similar. Esse aumento gerou impacto pontual nas despesas corporativas (-1,3pp vs. 2020), conforme mesma tendência já descrita em divulgações anteriores. Embora traga maior pressão ao resultado deste ano, essa natureza de gasto não terá continuidade no período pós integração, e se dá, principalmente, no conjunto das linhas de serviços de terceiros e publicidade e propaganda (R\$34,8 milhões). Ainda nas Despesas Corporativas, também realizamos o provisionamento dos planos de incentivo da Companhia, de acordo com a superação das metas definidas para 2021, o que representou, neste 4T21, cerca de R\$19,6 milhões ou 0,7pp, impactando os gastos corporativos do ano de 2021.

Relacionado aos ganhos de eficiência operacional, visualizamos ganhos de escala e capturas de sinergias com reflexos positivos nas despesas gerais e administrativas, explicados majoritariamente pela centralização de operações. Conforme gráfico demonstrado abaixo, o comportamento das despesas relacionados ao G&A seguiu uma trajetória de ganhos de eficiência, caindo 0,7pp vs. 2020, assim como as Despesas Corporativas se mantiveram estáveis. Seguindo essa perspectiva de trajetória, esta evolução deverá ser acompanhada de acordo com a conclusão dos processos de integração e expansão de margens possibilitadas pela escala e eficiência operacional a ser capturada.

NÃO RECORRENTES

No ano de 2021, tivemos impacto em nossos resultados de R\$80,9 milhões relativos a itens não recorrentes. Os itens explicativos desse efeito estão relacionados exclusivamente à reestruturação de unidades com a finalidade de melhorar nossa eficiência operacional. Com isso, R\$24,2 milhões podem ser identificados majoritariamente por despesas de rescisão de pessoal relacionadas às aquisições de 2020. Além disso, cerca de R\$56,4 milhões são despesas referentes às unidades em integração junho/21, referentes a ganhos de eficiência operacional por rescisões de pessoal, alteração da plataforma acadêmica, devolução e otimização de imóveis assim como o comissionamento de instituição financeira que atuou como *advisor* no processo de aquisição dos ativos que pertenciam à Laureate Brasil.

DEPRECIÇÃO & AMORTIZAÇÃO

Encerramos 2021 com Depreciação & Amortização de -R\$422,8 milhões (182,2% maior vs 2020) e no 4T21, observamos um impacto de -R\$145,2 milhões (275,6% maior vs 4T20), devido ao movimento transformacional ocorrido em junho. A partir deste *release*, além de um maior detalhamento de Depreciação & Amortização, destacaremos também o montante do intangível relacionado à amortização das aquisições, provenientes principalmente a marcas e patentes, carteira de clientes e *softwares* das unidades adquiridas. Com isso, podemos subdividir e explicar essa variação no 4T21 em três segmentos distintos: o imobilizado, a amortização de direito de uso (efeito IFRS-16) e a amortização de intangíveis.

No imobilizado, tivemos um impacto de R\$31,0 milhões em linha com um patamar esperado para os próximos períodos no Ecossistema Ânima, uma vez que já não temos efeitos não recorrentes no resultado demonstrado neste trimestre. O parâmetro normalizado, pode ser descrito também quando avaliamos a amortização de direito de uso, que são relacionadas às exigências contábeis do IFRS 16. Nesse trimestre, tivemos um reconhecimento de R\$51,3 milhões nesta alínea.

Já no que se refere à amortização sobre intangíveis, o impacto verificado é de R\$63,0 milhões, nos quais estão contidos nestes um efeito da amortização dos intangíveis das aquisições feitas pela Ânima nos últimos períodos, totalizando R\$48,2 milhões. Reforçando nosso posicionamento de transparência e da busca da informação de melhor qualidade possível aos nossos acionistas, estes valores serão destacados também na composição do Lucro Líquido com a finalidade de melhor identificar o impacto contábil das aquisições e de aproximar o resultado líquido não só ao real efeito caixa na Companhia como também ao que seria um resultado mais próximo do recorrente após a superação dos citados efeitos contábeis das aquisições.

RESULTADO FINANCEIRO

Encerramos 2021 com um Resultado Financeiro de -R\$413,6 milhões (167,7% menor vs 2020), este resultado é consequência direta das origens de recursos que permitiram viabilizar a estratégia de aquisições transformacionais que levaram a escala da Companhia a um patamar diferenciado além das despesas de arrendamento requeridas pela norma contábil IFRS 16.

Entre os fatores que mais impactaram o Resultado Financeiro, podemos destacar os relacionados às despesas de comissões e juros com empréstimos que sofreram elevação em especial pela trajetória de fortes altas da taxa de juros básica do país. Conforme é de amplo conhecimento, com a finalidade de se controlar pressões inflacionárias de curto e médio prazo, o BACEN vem elevando a taxa Selic, que saiu no início de 2021 de um patamar de 2,0% a.a. para 9,25% a.a. no final desse período. Assim, todas as dívidas indexadas ao CDI sofreram forte impacto. Com isso, as Despesas Financeiras totalizaram R\$489,7 milhões, crescimento de R\$289,5 milhões vs. 2020. O principal item que contribuiu para esse aumento foram os juros relativos às duas séries de debêntures não conversíveis em ações para a captação de R\$2,5 bilhões, usados para o pagamento dos ativos em integração em junho de 2021. As despesas de comissões e juros com empréstimos somaram montante de R\$244,7 milhões (+R\$198,4 milhões vs. 2020) e sofrem direto impacto da política monetária explicitada. Vale ressaltar que mantemos todos os nossos esforços para que, após o movimento transformacional ocorrido em junho/21, possamos trazer a Companhia para nossos níveis históricos de alavancagem, por meio de um claro plano de ações em realização, como a parceria realizada com a DNA Capital que prevê o aporte de R\$ 1,0 bilhão em caixa, assim como uma clara estratégia de *liabilities management*.

As despesas de juros referentes aos saldos dos títulos a pagar relacionadas às aquisições aumentaram em R\$17,1 milhões vs. 2020, tanto por conta das mais recentes aquisições, como pela pressão advinda da atualização monetária proveniente do aumento recente dos índices inflacionários. Quando avaliamos as despesas financeiras de arrendamento, notamos um aumento no período de R\$74,5 milhões (+97,8% vs. 2020).

As medidas de aumento da Selic auxiliaram positivamente também o Resultado Financeiro e contribuíram com as Receitas Financeiras principalmente, pelo fato de no início de 2021, antes do pagamento realizado pela aquisição das unidades em integração junho/21, tínhamos recursos em aplicações financeiras advindos dos processos de *follow on*. Além disso, também contribuíram para um melhor resultado os descontos obtidos em negociações referentes a despesas de arrendamentos de imóveis. Com isso, concluímos o ano crescendo nossas Receitas Financeiras para R\$76,1 milhões (+R\$30,5 milhões vs 2020).

LUCRO E MARGEM LÍQUIDOS

Finalizamos o ano de 2021 com Lucro Líquido Ajustado de R\$111,8 milhões, obtendo uma margem de 4,2% sobre a Receita Líquida, (-0,5pp vs. 2020), já demonstrando o impacto da reversão da Amortização de intangível que não possui efeito caixa. Essa medida foi tomada com a finalidade de demonstrar com uma maior clareza a nossos *stakeholders* este efeito proveniente das últimas grandes aquisições realizadas pela Companhia. Assim, passamos a dar destaque aos efeitos contábeis resultantes da mais valia, provenientes de marcas e patentes, carteira de clientes e *softwares* das unidades adquiridas, como demonstrado na sessão de Depreciação & Amortização. Esses efeitos, representam um impacto de R\$118,6 milhões nos resultados do ano. Concluimos, portanto, o ano de 2021 com uma conversão de 13,9% em relação ao EBITDA Ajustado e um aumento de 68,2% em relação ao Lucro Líquido do mesmo período do ano passado.

Apesar da evolução observada em nossos resultados operacionais, assim como já havíamos percebido no trimestre anterior, tivemos impactos significativos relacionados às despesas com Depreciação & Amortização (-R\$422,8 milhões) e o o Resultado Financeiro Líquido (-R\$413,6 milhões). Referente à discriminação da amortização relacionado ao intangível, provenientes de carteira de clientes, marcas e patentes e softwares, tivemos um impacto anual de R\$118,6 milhões. Estes impactos já foram explorados ao longo deste *release*.

Conforme é perceptível, um dos maiores impactos decorrentes de um lucro menor está relacionado ao impacto forte em nosso Resultado Financeiro, já previsto, referente aos empréstimos para a aquisição das unidades em integração junho/21. Com isso, vale ressaltar que estamos tomando as ações cabíveis para minimizar o impacto nesta rubrica, tratando a temática de forma prioritária. Reforçamos nosso comprometimento para maximizar a geração de resultados líquidos que permitam a adequada remuneração do investimento de nossos acionistas, ao mesmo tempo que fortaleçam as bases de crescimento sustentável da Companhia.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Concluimos o ano de 2021 com um total de disponibilidades de caixa e aplicações financeiras de R\$515,3 milhões ante R\$759,5 milhões no final do 3T21. A forte geração de caixa livre da Companhia, que atingiu R\$638,3 milhões no ano, fortalece sobremaneira nossa confiança nos movimentos estratégicos realizados e na expansão de resultados da Companhia. Essa geração de caixa permitiu a efetivação de um movimento estratégico de alocação de capital com o lançamento de um novo programa de recompra de ações em um momento oportuno, no qual as ações da Companhia são negociadas a valores inferiores ao último *Follow On* ocorrido em dezembro/20.

O total de empréstimos e financiamentos foi de R\$3.509,8 milhões (-R\$2.856,9 milhões vs. 2020). Conforme anunciado no mês de abril, emitimos duas séries de debêntures não conversíveis em ações para a captação de R\$2,5 bilhões, usados para o pagamento dos ativos das unidades em integração junho/21, e o aumento está relacionado aos juros das operações de crédito neste período. Conseguimos verificar além disso uma redução da dívida de 69,1 milhões frente ao 3T21 referente à quitação de parcelas neste período.

As outras obrigações de curto e longo prazo, representadas principalmente pelos títulos a pagar relacionados às aquisições, totalizaram R\$295,2 milhões. Adicionalmente, apresentamos *earn outs* relacionados a aquisições, cuja realização é pouco provável (R\$36,5 milhões), e por compromissos referentes ao cumprimento do PROIES da Unisul, programa de parcelamento de tributos que teve a adesão da Fundação Unisul (antiga mantenedora) e significa uma obrigação de concessão de bolsas sem efeito caixa (R\$58,3 milhões). Vemos um leve aumento nessas contas justificado por atualizações monetárias que impactam estes títulos, em sua maioria indexados pela inflação.

Com isso, encerramos o exercício de 2021 com uma significativa posição de caixa de R\$515,3 milhões. Excluindo o efeito do IFRS-16, conforme pactuado nos contratos que representam nossas dívidas, e ajustando o valor de R\$94,8 milhões referente a outras obrigações (*earn outs*) cuja realização é pouco provável, e às bolsas do PROIES, que não têm impacto no caixa, encerramos o trimestre com uma dívida líquida de R\$3.289,7 milhões, representando um endividamento líquido/EBITDA proforma equivalente a 4,5x, considerando os últimos 12 meses das companhias combinadas. A partir do movimento realizado em conjunto com a DNA capital, que propiciará a entrada de caixa de R\$ 1,0 bilhão, após conclusão das condições precedentes para o negócio, a perspectiva para esse endividamento líquido/EBITDA proforma será de 3,2x. Continuamos atentos às questões de *liabilities management* e fortemente comprometidos com a continuidade da agenda de desalavancagem a fim de minimizar esse impacto de curto prazo em nossos resultados, mas com a exata consciência de que esse efeito é decorrência do movimento transformacional, realizado em 2021, para o fortalecimento do crescimento sustentável e da geração de valor pela Companhia no longo prazo.

CONTAS A RECEBER E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO (PMR)

Encerramos o 4T21 com saldo de Contas a Receber Líquido de R\$659,9 milhões (redução de R\$32,4 milhões *versus* o 3T21), concentrados nos valores a vencer de mensalidades (61,9% do total), assim como nos valores vencidos até 180 dias (27,2%). No que se refere aos valores a vencer, a elevação observada no 4T21, quando comparada ao trimestre anterior, é oriunda do aumento em contas a

receber da base orgânica (+R\$25,3 milhões vs. 3T21), enquanto houve redução nas aquisições de R\$57,7 milhões em relação ao 3T21, impactado, principalmente, pela adoção do modelo de cobrança mais eficiente oriundo das unidades em integração junho/21 e já implantado nas unidades integradas que contudo, por ter um formato mais assertivo de negociações de mensalidades atrasadas, até então adotadas pelas unidades integradas, gerou um impacto mais forte neste trimestre.

O PMR (prazo médio de recebimento) total teve redução de 22 dias em relação ao mesmo período do ano anterior, relacionadas principalmente a um nível de recebimento mais rápido das aquisições recentes e subsequente implementação do modelo de cobrança nas demais unidades, como já mencionado. A redução foi impulsionada pelos segmentos Não-FIES e *Lifelong Learning*, com melhoras de 22 e 86 dias respectivamente. Cabe destacar o menor nível de PMR (-47 dias) das aquisições em relação ao 4T20 da base orgânica. No entanto, no segmento FIES houve aumento de 46 dias, impactado pela extensão do prazo de aditamento do FIES, que nesse segundo semestre foi até 31 de outubro.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

Ao avaliarmos os investimentos realizados ao longo de 2021, totalizamos um desembolso de R\$179,5 milhões, equivalente a 6,8% da Receita Líquida, o que representou uma redução de 1,7pp se comparado ao mesmo período de 2020. Conforme comentamos nos últimos trimestres, os investimentos realizados permanecem priorizando significativamente o nosso processo de Transformação Digital, modificando o perfil do Capex de anos anteriores, mais focado em Obras e Benfeitorias. Esse movimento é fundamental para garantir as sinergias das integrações das aquisições recentes, o crescimento sustentável de longo prazo e as inovações importantes para o modelo de negócios e acadêmico da Companhia.

Relacionadas a essa estratégia de Transformação Digital, podemos descrever e/ou listar movimentos que viemos realizando nos últimos períodos que foram capazes de influenciar nossos modelos de negócio, propiciados pelos investimentos priorizados em Sistemas e Tecnologia. Por meio disto, o Ecossistema Ânima teve dentre outros diferenciais: a capacidade de acelerar práticas ágeis em toda a Companhia, desde a organização por *squads* até processos de gestão de pessoas; o desenvolvimento de competências de dados & *analytics* em todas as áreas (modelos de *pricing* e preditivo de evasão); além das iniciativas de inovação e experimentação.

Tal evolução, impactou além da administração o modelo acadêmico, por meio do E2A, onde conciliamos as oportunidades geradas com as Unidades Curriculares (UCs) de propiciar a execução de aulas síncronas, *online*, em conexão com todos os demais recursos da plataforma, tais como objetos educacionais em diversos formatos e mais de 100 laboratórios virtuais. Esta virtualização dos laboratórios das unidades, permitiu e continuará sustentando aos estudantes a todos os acessos de *softwares* acadêmicos de qualquer lugar do *campus* ou remotamente, tal como com tecnologias de realidade virtual e aumentada. Conciliado a isto, conseguimos capturar um melhor aproveitamento dos espaços físicos, um maior engajamento discente e, consequentemente, permitindo ganhos de eficiência operacional.

Especificamente no quarto trimestre, totalizamos um gasto de R\$49,6 milhões, ou 5,8% sobre a Receita Líquida, diluição de 0,3pp em comparação ao 4T20. Esse comportamento pode ser explicado principalmente devido ao retorno das aulas presenciais, no qual tivemos um maior gasto de preparação das estruturas dos *campi* e, portanto, um maior montante relacionado a Obras e Benfeitorias, tal como Móveis e Equipamentos, sem contudo impactar nossa trajetória de diluição de CAPEX.

Vale destacar, a diluição do Capex durante o ano, resultado do ganho de escala adquirido com as aquisições de 2021 e das condições satisfatórias que os ativos adquiridos se encontram, sem a necessidade de grandes investimentos incrementais, mesmo com o retorno presencial dos alunos.

FLUXO DE CAIXA

Celebramos uma forte Geração de Caixa Livre em 2021, que totalizou R\$638,3 milhões (conversão de EBITDA ajustado em caixa de 79,5%), valor aproximadamente 20x maior do que em 2020, refletindo o ganho de eficiência com as sinergias capturadas, o ganho de escala com diluição de CAPEX e nossa sólida capacidade de execução. Finalizamos 2021 com um montante de caixa e aplicações financeiras de R\$515,3 milhões, redução de R\$762,6 milhões em relação a 2020, principalmente devido ao pagamento de aquisições.

A Geração de Caixa Operacional de 2021 totalizou R\$702,4 milhões, aumento de R\$360,5 milhões, mais do que dobrando o valor de 2020 e registrando uma conversão do EBITDA Ajustado em caixa de 87,5%. Esse resultado mais um vez reflete o novo patamar da Companhia e as oportunidades únicas de sinergias dentro do Ecossistema Ânima, com a equalização dos processos mais eficazes entre as unidades integradas e em integração. Podemos exemplificar dois processos que resultam em maior geração de caixa: a implementação do modelo de retenção das unidades integradas nas unidades em integração e a operacionalização do processo de cobrança mais efetivo das unidades em integração nas unidades integradas.

As atividades de financiamento refletem maiores amortizações referentes principalmente à aquisição transformacional dos ativos das unidades em integração junho/21. Seguimos priorizando a pauta de desalavancagem desde a concretização da Transação, com forte geração de caixa livre e constante avaliação de novas alternativas de geração de valor. Amostras concretas desse empenho são representadas pelos R\$79,7 milhões de sinergias já capturadas em apenas 7 meses, os R\$171,4 milhões de desinvestimentos em imóveis e principalmente o R\$1,0 bilhão que vem reforçar a estrutura de capital da Inspiral. Todas essas iniciativas nos dão grande confiança na capacidade de crescimento e solidez financeira da Companhia.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal. Em 2021, o efeito da amortização do intangível e a regra contábil do IFRS16, ainda que não produzam efeitos no caixa da Companhia, impactam o Resultado Líquido contábil que totalizou um prejuízo de R\$87,7 milhões, pelo que não serão distribuídos dividendos nesse exercício.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2018: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Além desses serviços, em 2021 também foram realizados: serviços para fins de emissão de carta de conforto em conexão com oferta de ações; e serviços para fins de emissão de relatório de asseguarção razoável sobre informações financeiras combinadas e pro forma. Os honorários relativos a esses trabalhos em 2021 foram de R\$10.116 mil (líquido de impostos) sendo que 67% (R\$6.756 mil, líquido de impostos) representam os honorários de serviços de auditoria externa.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Anexo I: Reconciliação DRE 2021

Consolidado Ânima Valores em R\$ (milhões)	2021					
	DRE Gerencial	Deprec. & Amort.	Corporativa	Multa & Juros Mens.	Itens Não Recor.	DRE Societária
Receita Bruta	5.144,7				0,0	5.144,7
Descontos, Deduções & Bolsas	(2.384,1)				0,0	(2.384,1)
Impostos & Taxas	(109,8)				0,0	(109,8)
Receita Líquida	2.650,8	0,0		0,0	0,0	2.650,8
Total de Custos	(990,5)	(229,8)		0,0	(29,6)	(1.249,9)
Pessoal	(756,1)				(28,8)	(784,9)
Serviços de Terceiros	(94,0)				0,0	(94,0)
Aluguel & Ocupação	(38,6)	(229,8)			(0,3)	(268,7)
Outras	(101,7)				(0,5)	(102,3)
Lucro Bruto (excl Depreciação e Amortização)	1.660,3	(229,8)	0,0	0,0	(29,6)	1.400,9
Despesas Comerciais	(302,9)	0,0	(6,4)	0,0	(0,0)	(309,3)
PDD	(161,4)		19,6		0,0	(141,8)
Marketing	(141,5)		(26,0)		(0,0)	(167,5)
Despesas Gerais & Administrativas	(289,0)	(193,0)	(331,4)	0,0	(50,9)	(864,3)
Pessoal	(187,1)		(206,3)		(18,8)	(412,3)
Serviços de Terceiros	(77,4)		(120,0)		(25,8)	(223,2)
Aluguel & Ocupação	(2,5)	(193,0)	(1,5)		0,0	(197,0)
Outras	(22,0)		(3,5)		(6,3)	(31,8)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17,8	0,0	37,0	0,0	(0,3)	54,4
Provisões	(26,8)		40,3		0,0	13,5
Impostos & Taxas	(13,8)		(14,2)		(0,1)	(28,1)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	58,4		10,8		(0,2)	69,1
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	17,4		0,0	(17,4)	0,0	0,0
Resultado Operacional	1.103,6	(422,8)	(300,8)	(17,4)	(80,9)	281,7
Despesas Corporativas	(300,8)		300,8			(0,0)
EBITDA Ajustado	802,7	(422,8)	0,0	(17,4)	(80,9)	281,7
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(17,4)		0,0	17,4	0,0	0,0
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	(80,9)				80,9	(0,0)
EBITDA	704,4	(422,8)	0,0	0,0	0,0	281,7
Depreciação & Amortização	(422,8)	422,8			0,0	0,0
Equivalência Patrimonial	(0,5)				0,0	(0,5)
EBIT	281,1	(0,0)	0,0	0,0	0,0	281,1
Resultado Financeiro Líquido	(413,6)				0,0	(413,6)
EBT	(132,5)	(0,0)	0,0	0,0	0,0	(132,5)
IR & CSLL	51,2				0,0	51,2
Lucro Líquido	(81,3)	(0,0)	0,0	0,0	0,0	(81,3)
Participação dos acionistas não controladores	(6,3)					(6,3)
Lucro Líquido	(87,7)	(0,0)	0,0	0,0	0,0	(87,7)
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	80,9				(80,9)	0,0
(-) Amortização de intangível ¹	118,6				(118,6)	0,0
Lucro Líquido Ajustado	111,8	(0,0)	0,0	0,0	(199,5)	(87,7)

1) Amortização de ativos intangíveis das empresas adquiridas

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	121	18.100	169.248	73.183
Aplicações financeiras	6	140.214	1.056.301	346.053	1.204.671
Contas a receber	7	-	-	603.855	343.602
Adiantamentos diversos	8	5.656	3.478	44.202	24.985
Impostos e contribuições a recuperar	9	5.621	2.698	88.617	5.880
Direitos a receber por aquisições	11	-	187.000	1.395	413.199
Conta a receber com partes relacionadas	29	137.164	36.743	12.000	-
Dividendos a receber	29	35.988	55.994	-	-
Outros ativos circulantes		8.477	36.589	46.559	40.894
Total dos ativos circulantes		333.241	1.396.903	1.311.929	2.106.414
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	7	-	-	56.092	35.376
Impostos e contribuições a recuperar	9	2.744	1.057	17.509	15.243
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.462	1.501	1.462	1.501
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	229.925	103.242
Depósitos judiciais	22	74	55	141.873	63.359
Créditos com partes relacionadas	29	180.255	12.814	12.460	10.843
Outros ativos não circulantes		2.194	2.018	50.820	7.023
Investimentos	12	5.147.496	1.704.088	42.316	10.824
Imobilizado	13	6.825	7.393	661.593	370.898
Direito de uso de arrendamentos	14	-	2.172	1.382.681	608.708
Intangível	15	102.189	58.078	5.974.018	1.249.008
Total dos ativos não circulantes		5.443.239	1.789.176	8.570.749	2.476.025
TOTAL DOS ATIVOS		5.776.480	3.186.079	9.882.678	4.582.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		23.966	5.447	186.207	48.829
Arrendamentos a pagar	14	-	319	167.448	40.431
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	213.755	126.109	360.449	129.607
Obrigações sociais e salariais	17	35.709	21.340	209.086	97.384
Obrigações tributárias	18	4.136	3.612	56.952	25.316
Adiantamentos	19	-	-	80.704	36.690
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	13.185	10.119
Títulos e obrigações em aquisições	21	7.428	-	115.408	46.309
Derivativos	30	1.098	276	1.098	276
Dividendos a pagar		12	-	12	-
Outros passivos circulantes		406	842	44.569	6.082
Total dos passivos circulantes		286.510	157.945	1.235.118	441.043
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	14	-	2.102	1.389.430	626.148
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.921.337	517.551	3.140.599	521.170
Adiantamentos	19	-	-	15.809	6.985
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	62.035	39.908
Títulos e obrigações em aquisições	21	8.190	-	199.332	189.368
Débitos com partes relacionadas	29	171.393	339	85	84
Derivativos	30	7.689	1.929	7.689	1.929
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	610.761	111.826
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	22	144	303	780.203	115.000
Outros passivos não circulantes		-	392	29.256	2.502
Adiantamento para futuro aumento de capital		105	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		3.108.858	522.616	6.235.199	1.614.920
TOTAL DOS PASSIVOS		3.395.368	680.561	7.470.317	2.055.963
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.451.667	2.453.647	2.451.667	2.453.647
Reserva de capital	23	33.421	35.236	33.421	35.236
Ágio em transação de capital	23	(69.566)	(69.566)	(69.566)	(69.566)
Ações em tesouraria	23	(71.152)	(38.206)	(71.152)	(38.206)
Reservas de lucros	23	36.742	124.407	36.742	124.407
Total do patrimônio líquido		2.381.112	2.505.518	2.381.112	2.505.518
Participação dos acionistas não controladores	24	-	-	31.249	20.958
		2.381.112	2.505.518	2.412.361	2.526.476
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.776.480	3.186.079	9.882.678	4.582.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	25	3.062	7.087	2.650.805	1.421.989
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	26	(89.108)	(51.416)	(1.249.944)	(683.538)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(86.046)	(44.329)	1.400.861	738.451
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	26	(3.605)	(1.424)	(167.485)	(81.758)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(141.849)	(85.528)
Gerais e administrativas	26	(567)	(11.910)	(864.273)	(338.271)
Resultado de equivalência patrimonial	12	181.425	37.621	(545)	(3.585)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	16.903	5.725	54.435	(111.130)
		194.156	30.012	(1.119.717)	(620.272)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		108.110	(14.317)	281.144	118.179
Despesas financeiras		(220.455)	(45.251)	(489.655)	(200.109)
Receitas financeiras		24.719	18.543	76.051	45.585
Resultado financeiro, líquido	28	(195.736)	(26.708)	(413.604)	(154.524)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS		(87.626)	(41.025)	(132.460)	(36.345)
IRPJ e CSLL corrente	10	-	-	(8.259)	(166)
IRPJ e CSLL diferido	10	(39)	(83)	59.391	(4.140)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(87.665)	(41.108)	(81.328)	(40.651)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação da controladora		(87.665)	(41.108)	(87.665)	(41.108)
Participação de não controladores	24	-	-	6.337	457
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	23	(0,24)	(0,39)		
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	23	(0,24)	(0,39)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(87.665)	(41.108)	(81.328)	(40.651)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(87.665)	(41.108)	(81.328)	(40.651)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	(87.665)	(41.108)	(87.665)	(41.108)
Participação de não controladores	-	-	6.337	457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social				Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Ágio em transações de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	531.411	(28.639)	34.314	(69.566)	(10.022)	18.791	214.146	-	690.435	-	690.435
Aumento de capital	2.038.214	-	-	-	-	-	-	-	2.038.214	-	2.038.214
Gastos com emissão de ações	-	(87.339)	-	-	-	-	-	-	(87.339)	-	(87.339)
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.501	20.501
Realização do plano Dávila	-	-	(4.884)	-	4.884	-	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	5.806	-	-	-	-	-	5.806	-	5.806
Ajuste dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)	-	(5)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(100.487)	-	-	-	(100.487)	-	(100.487)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	67.419	-	(67.419)	-	-	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	2
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(41.108)	(41.108)	457	(40.651)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(41.108)	41.108	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.569.625	(115.978)	35.236	(69.566)	(38.206)	18.791	105.616	-	2.505.518	20.958	2.526.476
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.569.625	(115.978)	35.236	(69.566)	(38.206)	18.791	105.616	-	2.505.518	20.958	2.526.476
Gastos com emissão de ações	-	(1.980)	-	-	-	-	-	-	(1.980)	-	(1.980)
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.954	3.954
Remuneração baseada em ações	-	-	8.008	-	-	-	-	-	8.008	-	8.008
Realização do plano de opção de ações	-	-	(7.097)	-	7.097	-	-	-	-	-	-
IR sobre remuneração com ações	-	-	(2.726)	-	-	-	-	-	(2.726)	-	(2.726)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(40.043)	-	-	-	(40.043)	-	(40.043)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	(87.665)	87.665	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(87.665)	(87.665)	6.337	(81.328)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.569.625	(117.958)	33.421	(69.566)	(71.152)	18.791	17.951	-	2.381.112	31.249	2.412.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(87.665)	(41.108)	(81.328)	(40.651)
Ajustes:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7/26	-	-	141.849	85.528
Atualização (reversão) depósito judicial	22	(3)	1	(1.450)	869
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	12/13/15/	25.379	17.586	266.555	88.303
Amortização direito de uso de arrendamentos	14/26	-	384	156.356	61.522
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/15	306	58	10.906	10.085
Baixa direito de uso de arrendamentos	14	(225)	-	(2.796)	(899)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(181.425)	(37.621)	545	3.585
Perda com investimentos		-	75	-	-
Provisão por impairment	12/15/26	-	692	-	61.556
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos		208.688	27.195	241.725	30.806
Variação cambial sobre investimentos	12	-	-	(768)	-
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22	(140)	(94)	(13.501)	22.187
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	28	762	-	44.358	27.286
Despesa financeira de arrendamentos	14/28	-	311	150.689	76.181
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	14/28	-	(29)	(8.825)	(6.366)
Ajuste a valor presente financiamento estudantil	25	-	-	30.651	236
Atualização de empréstimos a terceiros		(1.256)	(505)	(3.854)	(2.377)
Remuneração baseada em ações		4.909	3.031	5.282	5.806
Valor justo com derivativos		9.962	903	9.962	903
Valor justo bolsa Proies		-	-	15.895	-
Valor Justo Earn Out		-	-	(62.146)	(1.475)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	39	83	(51.132)	4.306
Resultado operação sale and leaseback	13.2	-	-	(6.222)	-
Outros ajustes		1	-	1.500	-
		(20.668)	(29.038)	844.251	427.391
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		(88.421)	40.214	(228.893)	(234.128)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		(2.178)	256	(16.749)	3.161
Redução (aumento) de depósitos judiciais	22	(17)	19	(13.432)	(8.484)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		(4.610)	(2.976)	33.269	(3.263)
Redução (aumento) de outros ativos		(1.934)	(36.515)	28.860	(38.670)
Redução (aumento) de reembolso a receber de antigos proprietários		-	-	(137)	-
(Redução) aumento de fornecedores		18.187	(1.472)	68.996	8.939
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		14.893	6.177	(3.506)	(4.667)
(Redução) aumento de imposto de renda e contribuição a pagar		-	-	(32.007)	7.312
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	-	(9.905)	6.614
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	(11.252)	-
(Redução) aumento de provisão para riscos	22	(19)	(34)	(19.534)	(4.415)
(Redução) aumento de outros passivos		(816)	(904)	16.706	(5.334)
		(64.915)	4.765	(187.584)	(272.935)
Juros pagos		(98.069)	(29.227)	(269.272)	(29.541)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(10.221)	(387)
		(183.652)	(53.500)	377.174	124.528
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Concessões		(11.707)	(5.395)	(500)	-
Recebimentos		13.631	2.837	-	-
Aumento de capital em investida	12	(208.649)	(559.156)	(1.141)	(6.283)
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	-	(3.686.169)	(148.442)
Venda de investimento (controladas)		-	-	500.000	-
Direitos de empréstimos em aquisições futuras		-	(187.065)	-	(323.384)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio		-	-	-	(25.025)
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		939.477	(955.554)	892.705	(1.036.384)
Rendimento de aplicações financeiras		(23.390)	(13.983)	(36.178)	(17.245)
Compra de ativo imobilizado	13	(1.072)	(1.538)	(76.111)	(71.491)
Adiantamento - operação sale & leaseback	13.2	171.386	-	171.386	-
Compra de ativo intangível	15	(68.156)	(36.596)	(103.434)	(49.072)
Dividendos recebidos		177.656	33.971	-	-
Alienação caixas adquiridos (PL alienada)		16.290	-	16.240	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.005.466	(1.722.479)	(2.323.202)	(1.677.326)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Mútuos com partes relacionadas

Captações		4.999	5.490	-
Amortizações		(4.999)	(16.624)	(3.748)
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Captações		2.527.171	161.638	2.789.313
Amortizações	16	(144.670)	(192.842)	(476.875)
Ganho (perda) com derivativos	28	(5.069)	3.233	(5.069)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		(15.271)	-	(119.855)
Pagamento de arrendamentos	14	(24)	(561)	(103.398)
Aumento de capital (Custo de captação)		(1.981)	1.930.875	(1.980)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(3.159.906)	-	-
Aquisição de ações em tesouraria		(40.043)	(100.487)	(40.043)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(839.793)</u>	<u>1.790.722</u>	<u>2.042.093</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(17.979)</u>	<u>14.743</u>	<u>96.065</u>
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	18.100	3.357	73.183
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	<u>121</u>	<u>18.100</u>	<u>169.248</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(17.979)</u>	<u>14.743</u>	<u>96.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	25	3.245	7.460	2.760.594	1.468.876
Outras receitas		1.041	900	36.367	18.815
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	-	-	(141.849)	(85.528)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		-	-	(28.350)	(12.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.266)	(8.288)	(570.313)	(327.774)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		(3.980)	72	2.056.449	1.061.492
Depreciação e amortização	26	(25.379)	(17.881)	(422.911)	(149.825)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO					
		(29.359)	(17.809)	1.633.538	911.667
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12	181.425	37.621	(545)	(3.585)
Receitas financeiras	28	24.719	18.543	76.051	45.585
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		176.785	38.355	1.709.044	953.667
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					
		176.785	38.355	1.709.044	953.667
Pessoal					
Remuneração direta		32.268	22.747	868.645	503.772
Remuneração baseada em ações		84	3.555	826	7.789
Benefícios		2.493	1.147	58.906	33.526
FGTS		1.106	1.147	85.290	51.436
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		7.481	5.116	158.056	129.957
Estaduais		-	-	26	14
Municipais		440	374	115.412	50.598
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	28	220.455	45.251	489.655	200.109
Aluguéis		123	126	13.556	17.117
Remuneração de capitais próprios					
		(87.665)	(41.108)	(81.328)	(40.651)
Prejuízo do exercício retido		(87.665)	(41.108)	(87.665)	(41.108)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	6.337	457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., ("ÂNIMA" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na Internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima Holding S.A. e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

1.1 Contexto sobre a COVID 19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e os Governos de quase todo o mundo adotaram várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas pudesse ter tratamento adequado.

Desde 17 de março de 2020, quando houve a interrupção das atividades presenciais devido às restrições das autoridades governamentais brasileiras, o Grupo conseguiu rapidamente adaptar o negócio e manteve a prestação dos serviços educacionais a partir do modelo acadêmico híbrido para 100% da base de alunos, de cerca de 320 mil estudantes – informação não auditada - (já considerando as aquisições de 2021), em um cenário de aprendizagem que usa a tecnologia como ferramenta de aprimoramento desse encontro entre professores e alunos. Sendo assim, não houve impacto no reconhecimento de receitas, uma vez que os alunos continuaram a ter aulas normalmente por meio de tecnologias digitais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo continuou mantendo as medidas de segurança e prevenção de riscos, em consonância com

as diretrizes e recomendações das autoridades de saúde e do Comitê de Prevenção e Cuidado da Companhia, criado em 2020, com objetivo de zelar pela integridade dos alunos e colaboradores, dando continuidade saudável e sustentável aos serviços prestados.

Tendo em vista os avanços ocorridos no processo de vacinação e a flexibilização das medidas de distanciamento social e segurança, o Grupo realizou a reabertura parcial de algumas unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança para seus educadores e alunos.

O Grupo se mantém atento quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanha a evolução da vacinação, mantendo sempre seus *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios do Grupo.

Mesmo cientes das incertezas trazidas por esta pandemia, a Administração segue confiante na estratégia do Grupo, solidez financeira do negócio e contribuição para a sociedade, incluindo a formação de profissionais na área da saúde, capazes de auxiliar na superação da pandemia e outros desafios futuros.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e são interrompidas a partir da data em que o controle termina.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas diretas, indiretas e em conjunto, bem como em coligadas:

		Participação %	
		31/12/2021	31/12/2020
<u>Controladas diretas</u>			
VC Network Educação S.A. ("VC Network")		100	100
Inspirali Educação S.A. ("Inspirali")	(i)	100	100
Rede Educacional do Brasil Ltda. ("Rede")		100	-
NS Educação Ltda. ("NS Educação")	(iv)	100	-
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")		-	100
Brasil Educação S.A. ("Brasil")		-	100
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")		-	100
PGP Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")		-	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")		-	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")		-	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")		-	100
Insegnare Educacional Ltda. ("Insegnare")		-	100
A2S Tecnologia para Educação Ltda. ("A2S")		-	100
<u>Controladas indiretas</u>			
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")		100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")		100	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")		100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")		100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão")		100	100
Cesuc Educação Ltda. ("Cesuc")		100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda. ("Catalana")		100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. ("Ages")		100	100
AGES Educação Ltda. ("AGES Educação")	(iii)	100	100
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda. ("Unicuritiba")		100	100
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. ("Inovattus")		100	100
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. ("Faseh")		74	74
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. ("UniFG")		55	55
Room Sistemas Interativos Ltda. ("Medroom")		100	100
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. ("Apec")	(v)	100	-
Associação Paraibana de Educação e Cultura Ltda. ("Aspec")	(v)	100	-
Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda. ("Socec")	(v)	100	-
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. ("IBMR")	(v)	100	-
Faculdade de Desenvolvimento Rio Grande do Sul Ltda. ("Fadergs")	(v)	100	-
Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. ("UniRitter")	(v)	100	-
FACS Serviços Educacionais Ltda. ("Unifacs")	(v)	100	-
ISCP - Sociedade Educacional Ltda. ("ISCP")	(v)	100	-
Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS ("Milton Campos")		100	-
CSS Educação Ltda. ("CSS Educação")	(iv)	100	-
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")		100	-
Brasil Educação S.A. ("Brasil")		100	-
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")		100	-
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")		100	-
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")		100	-
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")		100	-
Insegnare Educacional Ltda. ("Insegnare")		100	-
A2S Tecnologia para Educação Ltda. ("A2S")		100	-
SOBEPE Educação Ltda. ("Sobepe Educação")	(ii)	100	-
Pensare Educação Ltda. ("Pensare")	(ii)	100	-
IBCMED Serviços de Educação S.A. ("IBCMED")		51	-
<u>Controlada em conjunto (joint venture)</u>			
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB")		50	50
<u>Coligadas</u>			
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")		10	10
Educa Itapevi		18	18
Singularity Education Group ("Singularity")		4	4
Gama Academy Treinamento Profissional S.A. ("Gama")	(vi)	56	-

- (i) Em 28 de maio de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da controlada Dysgu Educacional S.A. para Inspirali Educação S.A.
- (ii) Em maio de 2021 a Companhia constituiu quatro novas instituições com objetivos relacionados ao negócio de educação, sendo que a VC Educação foi

- incorporada em 1º de junho de 2021, e a Escola PGP foi alienada em 29 de outubro de 2021.
- (iii) Em 20 de maio de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da controlada indireta Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. para Ages Educação Ltda.
 - (iv) Em maio de 2021 as controladas das empresas VC Network, Inspirali e PGP Educação constituíram três novas instituições com objetivos relacionados ao negócio de educação, sendo que o Colégio foi alienado em 29 de outubro de 2021. Em 1º de novembro de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da Rede Educacional Sul Suldeste Ltda. para CSS Educação Ltda. Em 1º de dezembro de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da Nordeste Educacional Ltda. para NS Educação Ltda.
 - (v) Empresas adquiridas da Rede Educacional do Brasil Ltda. (nova denominação da "Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda.") pelo Grupo em 28 de maio de 2021.
 - (vi) Em 6 de julho de 2021 foram adquiridas 55,78% das ações da Gama, sendo 31,89% em ações preferenciais, sem direito a voto, e 23,89% em ações ordinárias.

2.4 Reestruturação Societária

Em linha com iniciativas de fortalecimento das práticas de governança do Grupo e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali, nossa vertical de Medicina, iniciou-se uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Todos os processos da reestruturação societária foram realizados a valor de livros. Até a data destas demonstrações financeiras ocorreram os seguintes atos societários (apresentados em ordem cronológica):

- PGP Gestão: Em 1º de abril de 2021, foi aprovada a incorporação da PGP Gestão pela Brasil. O acervo líquido incorporado pela Brasil foi de R\$ 74.224.
- Sobepe: Em 1º de junho de 2021, foi aprovada a cisão parcial da Sobepe. A cisão parcial implicou na redução do capital social da Sobepe, que passou a ser de R\$ 4.755 e um aumento de capital na Sobepe Educação que passou a ser de R\$ 8.314. O acervo cindido corresponde a R\$ 8.313. A partir desta data a Ages Educação passa a ser controlada da Sobepe Educação.
- VC Network: Em 1º de junho de 2021, foi aprovada a cisão parcial da VC Network. A cisão parcial implicou na redução do capital social da VC Network, que passou a ser de R\$ 3.637 e um aumento de capital na VC Educação que passou a ser de R\$ 2. O acervo cindido corresponde a R\$1. A partir desta data a Rede passou a ser controlada da VC Educação.
- VC Educação: Em 1º de julho de 2021, foi aprovada a incorporação reversa pela sua controlada Rede. O acervo incorporado corresponde a R\$ 19.934. Após a incorporação o saldo patrimonial da Rede passou a ser R\$ 19.934.
- Sociesc: Em 1º de julho de 2021, foi aprovada a cisão parcial da Sociesc. A cisão parcial implicou na redução do capital social da Sociesc, que passou a ser de R\$ 94.055 e um aumento de capital no Colégio que passou a ser de R\$ 31. O acervo cindido corresponde a R\$ 30. A partir dessa data o Colégio passou a ser controlada da PGP Educação.

- PGP Educação: Em 1º de julho de 2021, foi aprovada a cisão parcial da PGP Educação. A cisão parcial implicou na redução do capital social da PGP Educação que passou a ser de R\$ 415.440 e um aumento de capital na Escola PGP que passou a ser de R\$ 31. O acervo cindido corresponde a R\$ 30. A partir desta data a Escola PGP passou a ser controlada da Ânima Holding.
- Sobepe: Em 2 de agosto de 2021, foi aprovada a cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali ao valor patrimonial de R\$ 168.248.
- Rede: Em 2 de agosto de 2021, foi aprovada a cisão parcial da Rede. A cisão parcial implicou na redução do capital social da Rede, que passou a ser de R\$ 4.178.023 e um aumento de capital na Pensare, que passou a ser de R\$ 100. O acervo cindido corresponde a R\$ 100. A partir desta data as entidades ISCP, Unifacs e APEC passaram a ser controladas pela Pensare.
- VC Network: Em 3 de agosto de 2021, foi aprovado aumento de capital com ágio na subscrição e aporte em bens pela sua controladora Ânima Holding no valor de R\$ 1.504.836. Com o aporte em bens a partir desta data as entidades Brasil, IEDUC, Unimonte, HSM Brasil, PGP Educação, Sobepe Educação, A2S, Insegnare e Pensare passaram a ser controladas da VC Network.
- Brasil: Em 1º de novembro de 2021, foi aprovada a cisão parcial da Brasil. A cisão parcial implicou na redução do capital social da Brasil, que passou a ser de R\$ 180.000 e um aumento de capital na Rede SS, que passou a ser de R\$ 143.240. O acervo cindido corresponde a R\$ 143.239. A partir desta data as entidades UNA GP, FACEB, Cesuc, Catalana, Politécnico e Milton Campos passaram a ser controladas pela Rede Sul SS.
- VC Network: Em 1º de dezembro de 2021, foi aprovada a cisão parcial da VC Network. A cisão parcial implicou na redução do capital social da VC Network, que passou a ser de R\$ 105.107 e um aumento de capital na NS Educação, que passou a ser de R\$ 380.957. O acervo cindido corresponde a R\$ 380.956. A partir desta data as entidades Unimonte, HSM Brasil, Unicuritiba, A2S, Sobepe Educação e CSS Educação passaram a ser controladas pela NS Educação.

2.5 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não inclui os resultados integrais das investidas Unicuritiba, Faseh/Inovattus, UniFG, A2S e Medroom, que passaram a ser consolidados a partir de fevereiro de 2020, maio de 2020, julho de 2020, agosto de 2020 e novembro de 2020, respectivamente. Também não estão incluídos os resultados das investidas Unisul - manutenção adquirida pela controlada Sociesc, Milton Campos, Rede e suas controladas e IBCMED que passaram a ser consolidados a partir de 20 de janeiro de 2021, 30 de abril de 2021, 28 de maio de 2021 e 20 de novembro de 2021, respectivamente.

A leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2020 que possuem maior relevância no contexto da leitura das demonstrações financeiras:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2021		Resultado anterior ao Consolidado	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Mantença Unisul	20/01/2021	273.230	41.346	-	-
Milton Campos	30/04/2021	10.853	(5.273)	5.930	1.556
Rede	05/28/2021	-	71.840	-	(41.349)
ISCP	05/28/2021	400.043	66.507	289.247	(2.633)
Apec	05/28/2021	140.521	10.702	97.635	(2.123)
Socec	05/28/2021	24.439	5.223	23.463	(12.619)
Aspec	05/28/2021	10.439	(4.365)	7.128	(9.893)
Unifacs	05/28/2021	187.617	42.896	138.960	19.037
Fadergs	05/28/2021	21.634	1.507	18.647	4.470
UniRitter	05/28/2021	102.154	17.767	74.614	(6.987)
IBMR	05/28/2021	67.473	6.517	48.581	(19.997)
IBCMED	30/11/2021	1.662	(550)	12.594	9.292

2.6 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de março de 2022.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras combinadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero, e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3 Provisões para contingências

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4 Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

A Companhia e suas controladas adotaram uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima Holding, que é a taxa que a controladora Ânima pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir ainda mais as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5 Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a provisão para crédito de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve um aumento significativo do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos vinte e quatro meses de suas duplicatas vencidas. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores

macroeconômicos que afetam a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

3.1.6 Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. O impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (diretas e indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não

controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4 Ativos financeiros

4.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

4.4.4 *Impairment*

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os

respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Títulos e obrigações em aquisições" do balanço patrimonial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	Anos
Benfeitorias em bens arrendados	10-34
Edifícios	25-70
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamento de laboratório	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

4.9 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida

têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 – 4,5
Acordo de não concorrência	8
<i>Mailing list</i>	3
Tecnologia	3
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3
Atribuição de Uso	5

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;
- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos, e;
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.11 Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido
- Participações societárias emitidas pelo grupo
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.13 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.14 Provisões para contingências

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a

Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

4.15 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.15.1 Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.17.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.15.2 Diferido

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. Essa probabilidade é baseada em projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas e com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária efetiva. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota

efetiva das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.16 Reconhecimento de receita

4.16.1 Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, tanto em ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará em até 90% da primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalier antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como “Adiantamentos de clientes” e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de quaisquer valores em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.16.2 Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

4.16.3 Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.17 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.17.1 FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela

primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.17.2 PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória ("MP") nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o

número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2020 e 2021.

4.18 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.19 Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	8,8% a 13,18%	10,50% a 12,75%	13,00%
Goiás	12,44%	12,69%	12,94%
Minas Gerais	10,37% a 12,37%	12,62%	12,87%
Santa Catarina	12,31%	12,56%	12,81%
Paraná	11,00% a 12,25%	12,50%	12,75%
Bahia	5,99% a 12,85%	11,00% a 12,75%	13,00%
Ceará	9,30% a 11,28%	-	-
Paraíba	9,58%	-	-
Pernambuco	10,95%	-	-
Rio de Janeiro	8,80% a 11,52%	13,34%	-
Rio Grande do Norte	8,80% a 12,85%	-	-
Rio Grande do Sul	9,22% a 12,89%	10,50% a 11,68%	-

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.20 Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.21 Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.22 Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo.

A Administração, até o exercício de 2020, organizava o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados, como segue:

- Ensino – Atividade atrelada às controladas, controladas em conjunto e coligadas que atuavam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em níveis fundamental, médio e superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.
- Outros Negócios -Atividade focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas por meio de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

Em janeiro de 2021, a Administração passou a apresentar os segmentos de serviços segregados entre “Ensino” e “Lifelong Learning” e, a partir do quarto trimestre de 2021, passou a segregar o segmento Ensino entre “Inspirali” e “Ânima Core”. Sendo assim a apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Ânima Core - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.
- Lifelong Learning - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

4.23 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas e práticas contábeis foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas e práticas contábeis, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido.
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura.
Alteração ao IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Alteração ao IAS 12	Imposto Sobre a Renda.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar.

5 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1 Composição preço de compra e ágio

								2021
	Faseh (a)	UniFG (a)	Medroom (a)	UniSul (b)	Milton Campos (c)	Laureate (d)	IBCMED (e)	
Data de aquisição	07/05/2020	01/07/2020	19/11/2020	20/01/2021	30/04/2021	28/05/2021	30/11/2021	
% Participação	74%	55%	100%	100%	100%	100%	51%	Total
Pagamento antecipado	-	-	-	223.577 (i)	-	180.000 (vii)	-	403.577
Pagamento à vista	299	-	-	60.302 (ii)	33.388 (v)	3.659.795 (viii)	10.000 (xi)	3.763.784
Pagamentos parcelados	-	-	-	3.734 (iii)	23.727 (vi)	845 (ix)	45.871 (xii)	74.177
Earn-out	-	-	(5.882)	-	-	19.500 (x)	-	13.618
Pagamento compensado	-	-	-	21.400 (iv)	-	-	-	21.400
Valor nominal da aquisição	299	-	(5.882)	309.013	57.115	3.860.140	55.871	4.276.556
(-) Ajuste a valor presente	-	-	1.427	-	(1.751)	-	(5.711)	(6.035)
Valor presente da aquisição	299	-	(4.455)	309.013	55.364	3.860.140	50.160	4.270.521
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	1.390	2.215	5.576	145.389	11.475	1.651.735	1.721	1.819.501
Ágio gerado na aquisição	(1.091)	(2.215)	(10.031)	163.624	43.889	2.208.405	48.439	2.451.020
Composição do caixa líquido na aquisição								
Contrapartida paga em caixa à vista	299	-	-	60.302	33.388	3.659.795	10.000	3.763.784
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-	-	-	-	(3.650)	(72.874)	(1.091)	(77.615)
Valor presente pago	299	-	-	60.302	29.738	3.586.921	8.909	3.686.169

- a) Valores referem-se à alocação final dos investimentos na Faseh, UniFG e Medroom adquiridos em 2020.
- b) Em 20 de janeiro de 2021, a controlada Sociesc exerceu a opção de compra da manutenção da Unisul, firmada em 13 de novembro de 2019, e aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 20 de fevereiro de 2020. Os resultados da operação da Unisul passaram a fazer parte do resultado da Sociesc a partir de 1º de janeiro de 2021 e tal operação se caracteriza como uma combinação de negócios conforme definido pelo CPC 15.
 - (i) Pagamentos antecipados efetuados entre 2019 e 2020;
 - (ii) Pagamento de R\$ 60.302 em 21 de janeiro de 2021;
 - (iii) Valor de R\$ 3.734 pago em 20 de abril de 2021;
 - (iv) Valor de R\$ 21.400 compensados com valores a receber dos vendedores (R\$ 13.000 referente aos valores de mensalidades recebidas de janeiro de 2021, R\$ 7.617 referente à prestação de serviço de cogestão em 2020 e R\$ 783 referente a encontro de contas).
- c) Em 30 de abril de 2021, a Brasil Educação assinou contrato para aquisição de 100% das cotas do Centro Educacional de Formação Superior LTDA. - CEFOS, controladora da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e da Faculdade de Administração Milton Campos (FAMC). A transação não está sujeita à aprovação do CADE.
 - (v) Pagamento de R\$ 33.388 à vista na assinatura do contrato;
 - (vi) R\$ 14.612 a serem pagos a espólio e R\$ 9.115 que serão pagos em 4 parcelas anuais e iguais, corrigidas pelo CDI, a partir da data do fechamento.
- d) Em 2 de novembro de 2020, a Companhia firmou contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("Equity Value"). Dentre as condições para a efetivação da operação e para a venda da FMU para a Farallon, destaca-se a condição suspensiva para aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da legislação aplicável. Em 23 de abril de 2021, a aquisição da totalidade dos ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A operação foi concluída em 28 de maio de 2021, uma vez que todas as condições precedentes foram satisfeitas.
 - (vii) A Companhia pagou à Ser Educacional, a título de indenização do Go Shop na transação de aquisição dos ativos da Laureate, o valor de R\$ 180.000 em 4 de novembro de 2020;
 - (viii) Valor pago em dinheiro à Laureate Inc. em 28 de maio de 2021;
 - (ix) Valor a ser pago após a apuração do encontro de contas entre Laureate e Ânima;
 - (x) Caso o MEC edite e publique decretos autorizando o incremento do número de vagas dos cursos de medicina a serem oferecidos nos campi de Piracicaba ou São José dos Campos pela Universidade Anhembi Morumbi, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da data de assinatura do Transaction Agreement e desde que nenhuma ordem judicial tenha sido emitida para cancelar tal autorização até a respectiva data de pagamento prevista, a Companhia pagará, no primeiro aniversário da data em que cada autorização tenha sido publicada, ao vendedor ou aos seus respectivos designados ou sucessores, um earn-out no valor de R\$

1.500 por vaga aprovada. Os termos do contrato previam um earn-out para a aprovação de 135 vagas de medicina na Universidade Anhembí Morumbi, sendo 60 no Campus de São José dos Campos e 75 no Campus de Piracicaba. Durante o terceiro trimestre de 2021, 13 vagas em Piracicaba foram autorizadas e as demais vagas foram negadas pelas autoridades. O valor justo do passivo de earn-out originalmente reconhecido foi ajustado em vista das melhores informações disponíveis, ainda no período de mensuração da combinação de negócios e, portanto, considera as 13 vagas aprovadas anteriormente mencionadas.

- e) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A., além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. A transação não está sujeita à aprovação do CADE e os valores são como segue:

(xi) Pagamento de R\$ 10.000 à vista na assinatura do contrato;

(xii) Valores serão pagos em 3 parcelas anuais, variáveis, a serem pagas a partir de 2023 até 2025. O valor das parcelas variáveis será aferido com base em múltiplos de EBITDA auditado, referente ao exercício social anterior da eventual opção.

5.2 Valor justo das aquisições

	2021							
Alocação dos ativos	Faseh	UniFG	Medroom	UniSul (i)	Milton Campos (i)	Laureate (i)	IBCMED (i)	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	3.650	72.874	1.091	77.615
Outros ativos circulantes	-	-	-	16.575	3.806	302.645	1.363	324.389
Ativos não circulantes	-	-	-	-	1.358	819.394	-	820.752
PROIES	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	11.467	1.214	463.647	1.287	477.615
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	548.250	-	548.250
Intangível	-	-	-	-	129	69.546	200	69.875
Carteira de clientes	2.846	8.212	-	77.161	-	434.241	-	522.460
Licença	-	(2.110)	-	96.895	3.252	1.090.694	-	1.188.731
Marca	-	-	-	54.585	4.446	355.725	-	414.756
Tecnologia	-	-	8.449	-	-	-	-	8.449
Polos e Material EAD	-	-	-	8.239	-	115.181	-	123.420
	<u>2.846</u>	<u>6.102</u>	<u>8.449</u>	<u>264.923</u>	<u>17.855</u>	<u>4.272.197</u>	<u>3.941</u>	<u>4.576.312</u>
Passivos								
Circulantes	-	-	-	16.936	3.763	676.810	566	698.075
IR/CS diferido passivo	968	2.075	2.873	-	2.617	551.566	-	560.099
Não circulantes	-	-	-	102.598	-	1.392.086	-	1.494.682
Participação de minoritários	488	1.812	-	-	-	-	1.654	3.954
	<u>1.456</u>	<u>3.887</u>	<u>2.873</u>	<u>119.534</u>	<u>6.380</u>	<u>2.620.462</u>	<u>2.220</u>	<u>2.756.811</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	<u>1.390</u>	<u>2.215</u>	<u>5.576</u>	<u>145.389</u>	<u>11.475</u>	<u>1.651.735</u>	<u>1.721</u>	<u>1.819.501</u>

- (i) A Companhia e seus consultores iniciaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, consequentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a alocação preliminar do preço de compra. No quarto trimestre houve alterações na mensuração do Goodwill das empresas Laureate e Unisul em função da revisão dos tributos diferidos que estavam reconhecidos no balanço de abertura.

Nas datas de aquisição das entidades indicadas na tabela acima, o valor justo das contas a receber e demais ativos circulantes adquiridos é igual ao seu valor contábil.

6

CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	121	437	11.292	17.156
Aplicações financeiras - Operações	-	17.663	157.956	56.027
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>121</u>	<u>18.100</u>	<u>169.248</u>	<u>73.183</u>
Aplicações financeiras - Investimento	140.214	1.056.301	346.053	1.204.671
Total das aplicações financeiras	<u>140.214</u>	<u>1.056.301</u>	<u>346.053</u>	<u>1.204.671</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa, de baixo risco e que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. No entanto, tendo em vista as atuais condições de mercado (volatilidade e baixo nível de taxa de juros), a rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentuais entre 105% e 138% do CDI.

7

CONTAS A RECEBER

Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber mensalidades (a)	845.885	363.015
FIES - Financiamento estudantil (b)	110.544	80.830
Financiamentos (c)	161.216	58.033
Eventos	9.085	12.304
Sublocações, serviços e outros	53.998	50.920
Total	<u>1.180.728</u>	<u>565.102</u>
Provisão para perdas estimadas (d)	(520.781)	(186.124)
Total	<u>(520.781)</u>	<u>(186.124)</u>
Total geral contas a receber	<u>659.947</u>	<u>378.978</u>
Ativo circulante	603.855	343.602
Ativo não circulante (e)	56.092	35.376

(a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.

(b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.

- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar de 0% a 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalor Gestão, Fiages (AGES) e Unimais (Unicuritiba). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.
- (e) Refere-se a valores financiados conforme detalhado na letra "c" com vencimento acima de um ano.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, onde, também, são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado 31/12/2021					
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer (i)	521.507	(113.217)	21,71%	408.290	61,87%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	148.891	(53.014)	35,61%	95.877	14,53%
De 91 a 180 dias	144.141	(60.336)	41,86%	83.805	12,70%
De 181 a 360 dias	137.255	(100.817)	73,45%	36.438	5,52%
De 361 a 720 dias	228.934	(193.397)	84,48%	35.537	5,38%
Total	1.180.728	(520.781)	44,11%	659.947	100%

Consolidado 31/12/2020					
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer (i)	290.290	(53.715)	18,50%	236.575	62,42%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	102.724	(28.024)	27,28%	74.700	19,71%
De 91 a 180 dias	54.769	(17.335)	31,65%	37.434	9,88%
De 181 a 360 dias	50.952	(29.841)	58,57%	21.111	5,57%
De 361 a 720 dias	66.367	(57.209)	86,20%	9.158	2,42%
Total	565.102	(186.124)	32,94%	378.978	100%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

(i) Os valores a receber de FIES e cartão de crédito estão classificados nessa linha.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	186.124	139.724
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	141.849	85.528
Combinação de negócio UNICURITIBA	-	10.222
Combinação de negócio FASEH	-	1.832
Combinação de negócio UniFG	-	3.362
Combinação de negócio Unisul	22.787	-
Combinação de negócio Laureate	233.006	-
Venda Colégios (nota explicativa 2.3)	(534)	-
Títulos baixados no exercício (i)	(62.451)	(54.544)
Saldo final	520.781	186.124

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8 ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	4.347	2.841	13.455	7.515
Funcionários	1.309	637	30.747	17.470
Total	5.656	3.478	44.202	24.985

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF (a)	7.868	3.706	28.932	11.742
IRPJ/CSLL (b)	-	-	42.652	2.684
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	-	-	24.050	-
PIS/COFINS/CSLL	497	49	7.339	5.117
Outros	-	-	3.153	1.580
Total	8.365	3.755	106.126	21.123

Ativo circulante	5.621	2.698	88.617	5.880
Ativo não circulante	2.744	1.057	17.509	15.243

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras no ano de 2021.

(b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) no ano de 2021 que serão objeto de DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela RFB para ajuste anual da apuração do lucro real.

(c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES relativas ao ano de 2020 que serão objeto de PER/DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela RF.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

10.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 674.818 (R\$ 419.253, em 31 de dezembro de 2020) e, no consolidado, o montante de R\$ 3.907.436 (R\$ 659.319, em 31 de dezembro de 2020), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação		Compensação imposto diferido passivo	
	31/12/2020	Combinação de negócio	Constituição/Reversão de crédito tributário		
Imposto de renda	1.104	7.370	871	(8.269)	1.076
Contribuição social	397	2.653	313	(2.977)	386
Total	1.501	10.023	1.184	(11.246)	1.462

	Consolidado			
	Saldo inicial	Movimentação		Saldo final
		Constituição de	Compensação	
	31/12/2019	crédito tributário	imposto diferido passivo	31/12/2020
Imposto de renda	1.165	3.285	(3.346)	1.104
Contribuição social	419	1.184	(1.206)	397
Total	1.584	4.469	(4.552)	1.501

Passivo - Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e do custo atribuído dos imóveis realizado em 2009.
- (ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários diferidos ativos.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado					Saldo final 31/12/2021
	Saldo inicial 31/12/2020	Movimentação				
		Combinação de negócio	Amortização de imposto diferido sobre a mais valia	Compensação com imposto diferido ativo	Transferência	
Imposto de renda	83.829	417.933	(42.802)	(8.267)	(1.604)	449.089
Contribuição social	27.997	150.455	(15.405)	(2.979)	1.604	161.672
Total	111.826	568.388	(58.207)	(11.246)	-	610.761

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação			
			Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Compensação com Imposto diferido ativo	
	31/12/2019	Combinação de negócio			31/12/2020
Imposto de renda	51.519	29.516	6.140	(3.346)	83.829
Contribuição social	18.546	8.446	2.211	(1.206)	27.997
Total	70.065	37.962	8.351	(4.552)	111.826

10.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes de IRPJ e CSLL	(87.626)	(41.025)	(132.460)	(36.345)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	29.793	13.949	45.036	12.357
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	61.912	12.791	(185)	(1.219)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	111.742	77.418
Créditos tributários não constituídos (b)	(86.731)	(55.112)	(174.514)	(66.044)
Baixa de IRPJ e CSLL diferido	-	-	32.531	-
Gastos com emissão de ações	-	29.695	-	29.695
Outras adições e exclusões	(5.013)	(1.406)	36.522	(56.513)
IRPJ e CSLL calculados	(39)	(83)	51.132	(4.306)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(8.259)	(166)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(39)	(83)	59.391	(4.140)
Ativo	(39)	83	1.184	4.211
Passivo	-	-	58.207	(8.351)

- (a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior,

provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista que não existe expectativa de realização.

11 DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento aquisição Unisul (a)	-	7.000	-	210.577
Opção de compra Unisul (a)	-	-	-	20.000
Reembolsáveis por alienantes (b)	-	-	82.202	87.850
Ativos de indenização (c)	-	-	129.972	-
Empréstimos a terceiros (d)	-	-	19.146	18.014
Adiantamento aquisição ativos da Laureate (e)	-	180.000	-	180.000
Total	-	187.000	231.320	516.441
Ativo circulante	-	187.000	1.395	413.199
Ativo não circulante	-	-	229.925	103.242

- (a) Referem-se à opção de compra e aos empréstimos, que foram convertidos em adiantamento para aquisição, conforme Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, assinado entre a controlada indireta "Sociesc" e a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, por meio do qual foi concedido à Companhia o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, sediada na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no Contrato. A Companhia e sua controlada "Sociesc" exerceram seu direito de compra em 20 de janeiro de 2021;
- (b) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, HSM Brasil, IEDUC, Faceb, Catalana, Poli, Ages/Vidam, Unicritiba, UniFG, UAM, APEC, Uniritter e IBMR provenientes de processos judiciais, parcelamentos fiscais e contingências pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.
- (c) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 22), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as contingências se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato.
- (d) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de

vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

- (e) Refere-se ao valor pago à Ser Educacional, a título de indenização do Go Shop, na transação de aquisição dos ativos da Laureate. O valor compõe a contraprestação em conexão com a combinação de negócios para aquisição da Laureate. Em 23 de abril de 2021, a transação foi aprovada pelo CADE, conforme mencionado na nota explicativa 5.

12 INVESTIMENTOS

As principais demonstrações financeiras das controladas diretas e controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2021							
Controladas diretas e em conjunto							
Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Controlada em conjunto	Patrimônio líquido	(-) Resultado em conjunto	Resultado do exercício	
VC Network	100%	4.302.637	20.767	-	4.281.870	-	76.224
Inspirali	100%	242.263	219.778	-	22.485	-	(13.791)
Rede	100%	945.356	512.799	-	432.557	-	40.122
Nordeste	100%	346.549	-	-	346.549	-	(34.423)
LCB	50%	17.226	17.550	(162)	(162)	(545)	(545)
Gama Academy	24%	-	-	-	30.128	-	-
Ágio Ages	-	-	-	-	34.069	-	-
Empresas incorporadas (i)	-	-	-	-	-	-	113.838
					<u>5.147.496</u>		<u>181.425</u>

- (i) Refere-se aos valores de equivalência patrimonial das entidades IEDUC, Brasil, VC Educação, Unimonte, PGP Gestão, HSM Brasil, PGP Posse, PGP Educação, Sobepe, Sobepe Educação, Insegnare e A2S que eram controladas pela Ânima Holding e foram objetos de reestruturação societária conforme mencionado na nota explicativa 2.4.

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores (participação dos minoritários):

31/12/2021							
Participação dos minoritários							
Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Participação de não controladores	Patrimônio líquido	(-) Resultado de não controladores	Resultado do exercício	
Faseh	74%	82.720	24.148	15.369	43.203	5.656	15.901
UniFG	55%	170.172	137.964	14.494	17.714	950	1.260
IBCMED	51%	4.020	1.194	1.386	1.440	(269)	(281)
			<u>31.249</u>		<u>6.337</u>		

	Controladora									
	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização	Aquisição	Efeitos reestruturação societária	Baixa por venda (ii)	Saldo em 31/12/2021
Ativo										
IEDUC	164.182	-	52.285	9	(123.305)	-	-	(93.171)	-	-
Brasil	524.408	82.367	(9.514)	67	-	-	-	(597.328)	-	-
VC Network	118.683	2.981.446	76.224	219	(18.580)	-	-	1.123.878	-	4.281.870
VC Educação	-	-	19.932	-	-	-	-	(19.932)	-	-
Unimonte	43.866	-	3.869	4	-	-	-	(47.739)	-	-
PGP Gestão	68.267	3.799	2.158	-	-	-	-	(74.224)	-	-
HSM Brasil	40.043	550	(7.015)	-	-	-	-	(33.578)	-	-
PGP Educação	366.889	76.826	50.520	13	-	-	-	(494.248)	-	-
SOBEPE	181.464	368	10.492	-	(15.763)	-	-	(176.561)	-	-
SOBEPE Educação	-	-	(1.276)	-	-	-	-	1.276	-	-
Inspirali	12.550	23.701	(13.791)	25	-	-	-	-	-	22.485
Insegnare	80.425	11.990	(3.979)	-	-	-	-	(88.436)	-	-
A2S	6.612	4.600	(3.980)	-	-	-	-	(7.232)	-	-
Rede	-	372.581	40.122	20	-	-	-	19.834	-	432.557
Escola PGP	-	327	819	-	-	-	-	30	(1.176)	-
Gama	-	-	-	-	-	-	30.128	-	-	30.128
Nordeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educacional	-	-	(34.422)	15	-	-	-	380.956	-	346.549
Ágio e alocações	96.316	-	(474)	-	-	-	-	(61.773)	-	34.069
LCB	383	-	(545)	-	-	-	-	-	-	(162)
Total	1.704.088	3.558.555	181.425	372	(157.648)	-	30.128	(168.248)	(1.176)	5.147.496

(ii) Refere-se a transação de alienação das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau ("EIs") e do Colégio Tupy ("COT") em Joinville, que representam as entidades Escola PGP e Colégio. A transação entre a Companhia e a Bahema Educação S.A. ("Bahema") foi concluída em 29 de outubro de 2021. A referida operação se configura como transações entre partes relacionadas sendo objeto da nota explicativa 29.

	Controladora									
	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de Dividendos	Amortização	Realocação	Provisão por Impairment	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2020
Ativo										
IEDUC	103.443	-	80.680	229	(20.170)	-	-	-	-	164.182
Brasil	444.432	81.508	(2.874)	1.342	-	-	-	-	-	524.408
VC Network	85	120.362	(1.764)	-	-	-	-	-	-	118.683
Unimonte	56.016	1.300	11.885	73	(25.408)	-	-	-	-	43.866
PGP Gestão	56.676	13.730	(2.196)	57	-	-	-	-	-	68.267
HSM Brasil	60.562	15.180	(56.676)	233	-	-	20.744	-	-	40.043
PGP Educação	187.222	177.824	1.318	525	-	-	-	-	-	366.889
SOBEPE	106.882	59.803	19.298	305	(4.824)	-	-	-	-	181.464
Inspirali	-	12.940	(390)	-	-	-	-	-	-	12.550
Insegnare	-	86.890	(6.465)	-	-	-	-	-	-	80.425
A2S	-	8.297	(1.610)	-	-	-	-	-	(75)	6.612
Ágio e alocações	99.117	-	-	-	-	(813)	(20.744)	(692)	19.448	96.316
Subtotal	1.114.435	577.834	41.206	2.764	(50.402)	(813)	-	(692)	19.373	1.703.705
(Passivo)										
LCB	(2.279)	6.234	(3.585)	13	-	-	-	-	-	383
Subtotal	(2.279)	6.234	(3.585)	13	-	-	-	-	-	383
Total	1.112.156	584.068	37.621	2.777	(50.402)	(813)	-	(692)	19.373	1.704.088

Consolidado							
	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Variação cambial	Aquisição coligada	Combinação de negócio	Saldo em 31/12/2021
Singularity	10.392	-	-	768	-	-	11.160
LCB	383	-	(545)	-	-	-	(162)
Educa Itapevi	49	1.141	-	-	-	-	1.190
Gama	-	-	-	-	30.128	-	30.128
Total	10.824	1.141	(545)	768	30.128	-	42.316

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de Capital	Saldo em 31/12/2020
Singularity	-	10.392	-	-	10.392
LCB	(2.279)	6.234	(3.585)	13	383
Educa Itapevi	-	49	-	-	49
Total	(2.279)	16.675	(3.585)	13	10.824

Controladora					
	Taxas anuais de depreciação	31/12/2021			31/12/2020
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	7.346	(5.640)	1.706	2.273
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.893	(2.625)	3.268	3.314
Móveis e utensílios	10%	1.930	(1.070)	860	1.032
Máquinas e equipamentos	10%	1.078	(515)	563	547
Outros	10% e 20%	573	(527)	46	66
Imobilizado em andamento	-	382	-	382	161
Total		17.202	(10.377)	6.825	7.393

Consolidado					
	Taxas anuais de depreciação	31/12/2021			31/12/2020
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	550.412	(290.525)	259.887	144.838
Edificações	1,43% a 4%	139.854	(35.392)	104.462	38.253
Terrenos	-	47.377	-	47.377	28.395
Máquinas e equipamentos	10%	280.787	(218.990)	61.797	27.878
Biblioteca e videoteca	10%	148.809	(117.335)	31.474	18.481
Móveis e utensílios	10%	189.708	(136.515)	53.193	31.726
Computadores e periféricos	20%	211.619	(187.441)	24.178	17.629
Equipamentos de laboratório	10%	75.922	(18.042)	57.880	46.468
Outros	10% e 20%	37.338	(30.778)	6.560	7.196
Imobilizado em andamento	-	14.785	-	14.785	10.034
Total		1.696.611	(1.035.018)	661.593	370.898

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Baixa	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2021
Computadores e periféricos	2.273	237	(47)	(757)	-	1.706
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.314	-	-	(540)	494	3.268
Móveis e utensílios	1.032	7	-	(179)	-	860
Máquinas e equipamentos	547	107	-	(91)	-	563
Outros	66	6	-	(26)	-	46
Imobilizado em andamento	161	715	-	-	(494)	382
Total	7.393	1.072	(47)	(1.593)	-	6.825

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Baixa	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2020
Computadores e periféricos	1.812	1.312	(794)	(57)	-	2.273
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.664	-	(532)	-	182	3.314
Móveis e utensílios	1.139	73	(180)	-	-	1.032
Máquinas e equipamentos	628	13	(94)	-	-	547
Outros	90	4	(28)	-	-	66
Imobilizado em andamento	207	136	-	-	(182)	161
Total	7.540	1.538	(1.628)	(57)	-	7.393

Consolidado								
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Baixa por SLB (nota explicativa 13.2)	Saldo líquido em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	144.838	5.541	122.248	(4.810)	(37.230)	33.664	(4.364)	259.887
Edificações	38.253	-	191.374	-	(11.420)	(18.857)	(94.888)	104.462
Terrenos	28.395	-	53.889	-	-	18.855	(53.762)	47.377
Máquinas e equipamentos	27.878	5.026	45.753	(105)	(17.216)	461	-	61.797
Biblioteca e videoteca	18.481	259	19.186	-	(6.463)	11	-	31.474
Móveis e utensílios	31.726	5.289	26.446	(295)	(10.506)	533	-	53.193
Computadores e periféricos	17.629	2.485	13.366	(243)	(9.743)	684	-	24.178
Equipamentos de laboratórios	46.468	18.131	-	(69)	(6.650)	-	-	57.880
Outros	7.196	1.223	738	-	(2.593)	(4)	-	6.560
Imobilizado em andamento (ii)	10.034	38.157	4.614	(2.673)	-	(35.347)	-	14.785
Total	370.898	76.111	477.614	(8.195)	(101.821)	-	(153.014)	661.593

Consolidado								
	Saldo líquido em 31/12/2019	Adições	Combinação de negócio (iii)	Ajuste de combinação de negócio (iv)	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	143.103	33	956	(5.705)	(4.854)	(20.592)	31.897	144.838
Edificações	40.467	-	-	-	-	(2.214)	-	38.253
Terrenos	28.396	-	20	-	(21)	-	-	28.395
Máquinas e equipamentos	31.246	3.372	6.229	(3.725)	(2.470)	(5.711)	(1.063)	27.878
Biblioteca e videoteca	23.165	151	1.968	(3.005)	(119)	(3.681)	2	18.481
Móveis e utensílios	32.405	5.115	4.734	(4.137)	(939)	(5.456)	4	31.726
Computadores e periféricos	17.760	6.323	300	(835)	(452)	(6.495)	1.028	17.629
Equipamentos de laboratórios	35.497	18.047	-	(1.991)	(155)	(4.930)	-	46.468
Outros	8.458	2.162	83	(1.842)	(291)	(1.564)	190	7.196
Imobilizado em andamento (ii)	6.590	36.288	-	-	(747)	-	(32.097)	10.034
Total	367.087	71.491	14.290	(21.240)	(10.048)	(50.643)	(39)	370.898

- (i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.
- (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes das combinações de negócios provenientes das transações da Unisul, do grupo Laureate, Milton Campos e IBCMED, ocorridas em 2021, e das empresas Unicuritiba, Faseh e UniFG realizadas em 2020.
- (iv) Os ajustes na combinação de negócio referem-se a saldos da Ages e Vidam refletidas no balanço de abertura em 2020.

13.1 Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais e alguns empréstimos. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$153.207 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$66.648, em 31 de dezembro de 2020) em tais transações.

13.2. Operação sale & leaseback ("SBL")

Em 30 de junho de 2021, a Companhia celebrou contrato de sale & leaseback com o fundo Vinci Imóveis Urbanos Fundo De Investimento Imobiliário – FII ("Fundo"), gerido pela Vinci Real Estate Gestora De Recursos Ltda. e administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objeto do contrato são dois imóveis localizados nos municípios de Porto Alegre e Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, onde estão localizados alguns campi da UniRitter. Nos termos do contrato, o Fundo adquiriu, através de uma transação de sale & leaseback, a totalidade dos dois imóveis, pelo valor de R\$171.386, sendo R\$62.886 pagos em 30 de junho de 2021, R\$50.000 pagos em 15 de julho de 2021, R\$50.000 pagos em 16 de julho de 2021 e R\$ 8.500 pagos em 26 de outubro de 2021. A transação de sale & leaseback foi concluída e refletida nos registros contábeis em julho de 2021. O ganho da operação, reconhecido no resultado, é de R\$ 6.222.

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2020	2.172	2.421	-	608.708	666.579	-
Combinação de Negócios (i)	-	-	-	548.250	611.189	-
Adição e remensuração	-	-	-	416.127	428.177	-
Baixa	(2.172)	(2.397)	225	(34.048)	(36.844)	2.796
Pagamento	-	(24)	-	-	(254.087)	-
Concessão pagamentos (ii)	-	-	-	-	(8.825)	8.825
Amortização	-	-	-	(156.356)	-	(156.356)
Despesa financeira	-	-	-	-	150.689	(150.689)
Saldo em 31/12/2021	-	-	225	1.382.681	1.556.878	(295.424)
Circulante	-	-	-	-	167.448	-
Não circulante	-	-	-	1.382.681	1.389.430	-

- (i) As adições identificadas nesta linha são decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da Laureate, conforme nota explicativa 5.
- (ii) Sob o IFRS 16/CPC 06(R2), as concessões em pagamentos de arrendamento frequentemente representam modificações do arrendamento, a menos que elas estejam previstas no contrato de arrendamento original. Para a contabilização de modificações do arrendamento pode ser requerido ao arrendatário recalcular o ativo e o passivo de arrendamento usando uma taxa de desconto revisada. Em resposta a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), foram realizadas alterações na IFRS 16 Arrendamentos para permitir que os arrendatários não contabilizem concessões em pagamentos de arrendamento como uma modificação de contrato, se essas forem uma consequência direta dos impactos do COVID-19 e atenderem certas condições. O Grupo adotou tal expediente prático para suas demonstrações financeiras, refletidos no saldo acima.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2019	2.445	2.589	-	531.538	555.233	-
Adição e remensuração	111	111	-	164.972	164.972	-
Baixa	-	-	-	(26.280)	(27.179)	899
Pagamento	-	(561)	-	-	(96.262)	-
Concessão pagamentos	-	(29)	29	-	(6.366)	6.366
Amortização	(384)	-	(384)	(61.522)	-	(61.522)
Despesa financeira	-	311	(311)	-	76.181	(76.181)
Saldo em 31/12/2020	2.172	2.421	(666)	608.708	666.579	(130.438)
Circulante	-	319	-	-	40.431	-
Não circulante	2.172	2.102	-	608.708	626.148	-

Os pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	
2022		167.448
2023		183.964
2024		195.058
2025		170.764
Após 2025		839.644
Total		1.556.878

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
2021	319	40.431
2022	359	48.256
2023	404	52.161
2024	454	52.184
Após 2024	885	473.547
Total	2.421	666.579

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 5,03% ao ano para 2022, 3,41% ao ano para 2023 e 3,00% para anos posteriores a 2024, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	31/12/2021		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	1.382.681	1.473.671	6,58%
Passivo de arrendamento	1.556.878	1.652.551	6,15%
Despesa de amortização	(156.356)	(161.173)	3,04%
Despesa financeira	(150.689)	(154.780)	2,72%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

15 INTANGÍVEL

		Controladora		
		31/12/2021		31/12/2020
Taxas anuais de amortização		Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
		Custo		
Softwares	20%	145.017	(59.162)	85.855
Desenv. conteúdo EAD	33%	11.561	(2.315)	9.246
Cessão de Uso/Know-How	20%	8.157	(1.069)	7.088
Total		164.735	(62.546)	102.189

Taxas anuais de amortização	Consolidado				
	31/12/2021				31/12/2020
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Ágio	3.303.905	-	-	3.303.905	816.060
Marcas e patentes 3,33%	592.793	(37.903)	(18.331)	536.559	135.210
Licença	1.384.611	-	-	1.384.611	195.879
Carteira de clientes 22% a 70%	588.043	-	(149.019)	439.024	18.247
Acordo de não competição 12%	2.099	-	(1.359)	740	983
Material EAD 33% a 50%	4.078	-	(1.448)	2.630	-
Polos EAD	119.342	-	-	119.342	-
Tecnologia 33%	8.449	-	(1.831)	6.618	-
Mailing list 38%	215	-	(215)	-	-
Total	6.003.535	(37.903)	(172.203)	5.793.429	1.166.379
Softwares 20%	276.651	-	(161.032)	115.619	68.073
Desenv. conteúdo EAD 33%	83.679	-	(35.146)	48.533	11.263
Credenciamento MEC 33%	16.047	-	(10.336)	5.711	2.451
Cessão de Uso/Know-How 20%	1.403	-	(842)	561	842
Intangível em desenvolvimento	4.138	-	-	4.138	-
Direitos Autorais	7.096	-	(1.069)	6.027	-
Total	389.014	-	(208.425)	180.589	82.629
Total do intangível	6.392.549	(37.903)	(380.628)	5.974.018	1.249.008

A movimentação da controladora é:

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo líquido em 31/12/2021
Softwares	56.505	50.272	(257)	85.855
Desenv. conteúdo EAD	1.573	9.727	(2)	9.246
Cessão de Uso/Know-How	-	8.157	-	7.088
Total	58.078	68.156	(259)	102.189

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2019	Adições	Baixa	Aporte em controlada Amortização	Saldo líquido em 31/12/2020
Softwares	41.306	34.880	(1)	(4.797)	56.505
Desenv. conteúdo EAD	119	1716	-	-	1.573
Total	41.425	36.596	(1)	(4.797)	58.078

A movimentação consolidada é:

	Consolidado					
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Baixa	Amorti-zação	Reclassi-ficação	Saldo líquido em 31/12/2021
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>						
Ágio	816.060	-	-	-	-	3.303.905
Marcas e patentes	135.210	-	-	(13.405)	-	536.559
Licença	195.879	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	18.247	-	-	(101.686)	-	439.024
Acordo de não competição	983	-	-	(243)	-	740
Polos EAD	-	-	-	-	-	119.342
Material EAD	-	-	-	(1.448)	-	2.630
Tecnologia	-	-	-	(1.831)	-	6.618
<i>Intangíveis desenvolvidos internamente</i>						
Softwares	67.919	59.167	(274)	(29.702)	5.810	115.619
Desenv. conteúdo EAD	11.263	29.709	(2.351)	(12.971)	(316)	48.533
Credenciamento MEC	2.451	3.355	-	(2.097)	-	5.711
Cessão de Uso/Know-How	842	-	-	(281)	-	561
Ágio incorporado	-	-	-	-	-	26.517
Intangível em desenvolvimento	154	4.106	(86)	-	(5.494)	4.138
Direitos autorais	-	7.097	-	(1.070)	-	6.027
Total	1.249.008	103.434	(2.711)	(164.734)	-	5.974.018

	Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transfe-rência	Amorti-zação	Provisão por impairment	Saldo líquido em 31/12/2020
Ágio	472.167	-	-	-	-	(23.653)	816.060
Marcas e patentes	159.227	-	-	-	(4.924)	(37.903)	168.812
Licença	116.389	-	-	-	-	-	162.277
Carteira de clientes	11.719	-	-	-	(6.977)	-	18.247
Acordo não competição	1.231	-	-	-	(248)	-	983
Softwares	46.312	38.827	(25)	19	(17.918)	-	68.073
Desenv. conteúdo EAD	9.028	8.301	(5)	20	(6.081)	-	11.263
Credenciamento MEC	1.746	1.944	(7)	-	(1.232)	-	2.451
Cessão de uso	1.122	-	-	-	(280)	-	842
Total	818.941	49.072	(37)	39	(37.660)	(61.556)	1.249.008

- (i) As adições identificadas nesta coluna são decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da mantença da Unisul, Laureate, Milton Campos e IBCMED em 2021 e Unicuritiba, Faseh, UniFG e Medroom em 2020.

A UGC IBCMED, pertencente ao segmento Inspirali, foi adquirida em 30 de novembro de 2021. O exercício de alocação do preço de compra relativo a essa aquisição ainda se encontra em andamento.

15.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado						
	31/12/2021						
	Intangíveis amortizáveis				Intangíveis não amortizáveis		Total Geral
	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Polos e Material EAD	Tecnologia	Licença	
Inspirali e Ânima Core						Ágio	
IEDUC	-	-	22.756	-	-	-	60.869
USJT	-	-	32.573	-	-	54.600	261.618
SOCIESC	-	-	19.749	-	-	3.787	68.639
FACEB	-	740	-	-	-	7.255	36.716
Politécnico	-	-	-	-	-	1.779	18.647
Cesuc e Catalana	-	-	-	-	-	6.430	27.720
Jangada	-	-	-	-	-	3.191	7.090
Ages e Vidam	3.540	-	15.825	-	-	37.611	216.395
FACED	-	-	-	-	-	1.736	4.414
Unicuritiba	-	-	16.818	-	-	23.858	148.227
Faseh	3.795	-	-	-	-	33.602	154.636
UniFG	8.016	-	-	-	-	19.921	111.408
Medroom	-	-	-	-	6.618	-	20.852
Unisul	58.876	-	52.766	7.619	-	96.895	379.780
Milton Campos	-	-	4.347	-	-	3.252	51.488
Aspec	-	-	-	-	-	-	12.264
SOCEC	3.826	-	11.933	8.852	-	22.276	73.557
IBMR	12.752	-	22.954	15.203	-	62.364	267.205
FADERGES	4.524	-	13.869	12.420	-	24.702	106.195
UniRitter	-	-	25.994	12.204	-	67.584	141.635
Apec	49.441	-	53.304	18.333	-	191.332	569.812
Unifacs	134.205	-	73.241	24.646	-	298.826	1.124.959
ISCP	159.756	-	147.511	22.695	-	423.610	1.831.135
IBCMED	-	-	-	-	-	-	48.439
CEDEPE, Fapa, Eleven-K e IGEAD	-	-	-	-	-	-	26.517
Outras	-	-	2.618	-	-	-	2.618
	438.731	740	516.258	121.972	6.618	1.384.611	5.772.835
Lifelong learning							
HSM/ACAD	293	-	20.301	-	-	-	20.594
	293	-	20.301	-	-	-	20.594
Total	439.024	740	536.559	121.972	6.618	1.384.611	5.793.429

15.2 Teste ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, às licenças e aos polos EAD foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os intangíveis informados acima e os demais ativos que juntos compõem o *carrying amount* das UGC's foram submetidos ao teste do valor recuperável ("impairment").

15.2.1 UGC's dos segmentos Inspirali e Ânima Core

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2022, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

A UGC IBCMED, pertencente ao segmento Inspirali, foi adquirida em 30 de novembro de 2021. Considerando a proximidade da aquisição ao encerramento do exercício de 2021 e o fato de que o exercício de alocação do preço de compra está em andamento, a UGC será submetida ao teste ao valor recuperável dos ativos até término do próximo exercício social.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	13,5%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	4,48%
Crescimento médio dos gastos ao ano	3,06%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	7.011.479

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's não participantes do PROUNI foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	17,7%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	22,50%
Crescimento médio dos gastos ao ano	14,89%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	20.111

15.2.2 UGCs do segmento *LifeLong Learning*

O valor recuperável do ativo marca HSM foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos *royalties* evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca um "aluguel" pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	19,11%
Período de projeção (vida útil estimada)	28 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	5,33%
Taxa de <i>royalties</i> sobre receita líquida	5,8%
Valor contábil	20.299

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's de ensino e outros negócios a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

16 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1ª emissão	46.573	22.995	69.568	46.181	68.954	115.135
Debêntures 2ª emissão	103.468	199.173	302.641	51.119	298.722	349.841
Debêntures 3ª emissão – série 1	-	494.815	494.815	-	-	-
Debêntures 3ª emissão – série 2	34.808	1.925.740	1.960.548	-	-	-
IFC	26.950	37.941	64.891	26.198	63.226	89.424
Outros empréstimos	1.956	5.958	7.914	1.962	7.889	9.851
Moeda estrangeira						
IFC	-	234.715	234.715	649	78.760	79.409
Total	213.755	2.921.337	3.135.092	126.109	517.551	643.660

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1ª emissão	46.573	22.995	69.568	46.181	68.954	115.135
Debêntures 2ª emissão	103.468	199.173	302.641	51.119	298.722	349.841
Debêntures 3ª emissão – série 1	-	494.815	494.815	-	-	-
Debêntures 3ª emissão – série 2	34.808	1.925.740	1.960.548	-	-	-
IFC	26.950	37.941	64.891	26.198	63.226	89.424
CEF	1.307	1.097	2.404	1.313	2.396	3.709
Banco do Brasil	44.167	218.116	262.283	-	-	-
Itaú	100.042	-	100.042	-	-	-
Outros empréstimos	3.134	6.007	9.141	4.147	9.112	13.259
Moeda estrangeira						
IFC	-	234.715	234.715	649	78.760	79.409
Total	360.449	3.140.599	3.501.048	129.607	521.170	650.777

Análise das cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição da Laureate Brasil (vide nota explicativa 5), a Companhia renegociou junto a seus debenturistas e ao IFC novos índices para as cláusulas financeiras existentes nos contratos de empréstimos e debêntures vigentes.

Através de assembleia geral de debenturistas da segunda emissão de debêntures, realizada em 10 de setembro de 2021, os debenturistas formalizaram (i) a não declaração de vencimento antecipado das debêntures, em razão dos índices e limites financeiros referentes ao segundo trimestre de 2021 não estarem em conformidade com os termos da Escritura da Segunda Emissão, em linha com o *waiver* obtido pela Companhia no fechamento das demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2021, e (ii) a equiparação dos índices das cláusulas restritivas aos índices previstos na escritura da 3ª Emissão de Debêntures.

Através de *waiver* obtido junto ao Banco Bradesco S.A., em 17 de dezembro de 2021, foi dispensada a medição de covenants para o 4º trimestre de 2021 referente à 1ª emissão de debêntures e declarado que a partir da próxima demonstração financeira a medição de covenants passa a ser realizada anualmente, com base nas informações financeiras emitidas em junho.

Desta forma, as debêntures de 1ª, 2ª e 3ª emissões passam a ter as mesmas cláusulas restritivas, medidas anualmente com base nas informações financeiras intermediárias emitidas no segundo trimestre, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 30 de junho de 2022 (inclusive): Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 4,0
Entre 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023 (inclusive): Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 3,0
Após 30 de junho de 2023: Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 2,5
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pela despesa financeira	> 1,3

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia renegociou com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Tais índices têm como base as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021 (portanto consideram apenas 7 meses do resultado da Laureate Brasil) e estão apresentados abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente	> 1,18
Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado	< 8,5
EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida	> 0,6

Em relação aos Covenants mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 nem houve declaração de vencimento antecipado de nenhum empréstimo, financiamento ou debênture.

I) As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

	Garantias	Consolidado		Data de início	Data de término
		Taxa média de juros (anual)	Indexador		
Debêntures 1ª emissão	Fiança da Brasil Educação.	1%	CDI	29/05/2018	15/04/2027
Debêntures 2ª emissão	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Catalana e Cesuc.	1,35%	CDI	11/11/2019	11/11/2024
Debêntures 3ª emissão - série 1	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Educação, Instituto Politécnico, Catalana, Cesuc, SOBEPE e VC Network.	3,75%	CDI	12/04/2021	12/04/2023
Debêntures 3ª emissão - série 2	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Educação, Instituto Politécnico, Catalana, Cesuc, SOBEPE e VC Network.	4,75%	CDI	12/04/2021	12/04/2027
Capital de giro moeda nacional	Avalistas	10,69%	-	23/08/2019	23/01/2023
Capital de giro moeda nacional	Alienação Fiduciária de Imóveis; Cessão Fiduciária de direitos creditórios de depósitos/aplicação financeira.	6,80%	CDI	23/08/2019	23/10/2023
Capital de giro moeda nacional- Itaú	-	2,84%	CDI	28/03/2019	30/06/2022
Capital de giro moeda nacional- Banco do Brasil	Avalistas	3,12%	CDI	25/06/2021	25/05/2025
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
IFC - Moeda estrangeira	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba - saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2%	Libor (i)	10/07/2020	15/03/2028
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / Cessão fiduciária	7% a 17,32%	-	02/03/2016	15/01/2026

- (i) Em 2021, como parte da avaliação prospectiva de efetividade, e considerando os aspectos da Fase 2 da reforma da taxa de juros, a administração efetuou análise da relação econômica de suas estruturas de hedge accounting, e não identificou impactos relevantes nas relações de hedge, nem tampouco inefetividade relacionada diretamente com a reforma. O fim da aplicação das isenções para avaliação da efetividade das relações de hedge da Fase 1, com o reconhecimento no resultado do exercício da parcela inefetiva decorrente da alteração da taxa de referência está em monitoramento constante pela administração para que seja realizado o registro quando a incerteza não estiver mais presente (isto é, quando concluída a substituição contratual da taxa) ou (quando a relação de proteção for descontinuada).

A administração está em negociação com as instituições financeiras para substituição da taxa de juros de referência de LIBOR para a taxa de juros de referência dos EUA (SOFR), acrescidas de spread, bem como, para formalização dessa substituição nos respectivos contratos vigentes, com possíveis impactos no gerenciamento de risco de mercado especificamente relacionado com risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, que somente será sensibilizado quando da conclusão da referida substituição contratual. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

- II) Os montantes registrados no passivo não circulante para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2021	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2023	1.115.241	1.300.314	1.116.376	1.301.589
2024	584.783	914.914	672.037	1.023.352
2025	472.550	718.775	559.792	817.094
Após 2025	748.763	987.319	792.394	1.032.517
Total	<u>2.921.337</u>	<u>3.921.322</u>	<u>3.140.599</u>	<u>4.174.552</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020		31/12/2020	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2022	172.737	193.779	175.153	196.420
2023	164.776	183.092	165.967	184.333
2024	129.189	143.872	129.201	143.884
Após 2024	50.849	82.077	50.849	82.077
Total	<u>517.551</u>	<u>602.820</u>	<u>521.170</u>	<u>606.714</u>

III) As movimentações dos saldos no período são como segue:

	Controladora								31/12/2021
	31/12/2020	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	
Moeda nacional									
Debêntures 1ª	115.135	-	(47.376)	(3.172)	4.786	196	-	-	69.569
Debêntures 2ª	349.841	-	(66.973)	-	19.322	451	-	-	302.641
Debêntures 3ª emissão – série 1	-	474.294	-	(16.336)	28.288	8.569	-	-	494.815
Debêntures 3ª emissão – série 2	-	1.897.178	-	(73.063)	125.008	11.425	-	-	1.960.548
IFC	89.424	-	(28.389)	(1.464)	5.320	-	-	-	64.891
Outros emprês.	9.851	-	(1.932)	(615)	609	-	-	-	7.913
Moeda estrangeira									
IFC	79.409	155.699	-	(3.419)	4.378	336	(7.689)	6.001	234.715
Total	<u>643.660</u>	<u>2.527.171</u>	<u>(144.670)</u>	<u>(98.069)</u>	<u>187.711</u>	<u>20.977</u>	<u>(7.689)</u>	<u>6.001</u>	<u>3.135.092</u>

	Controladora									31/12/2020
	31/12/2019	Captações/Custos de debêntures	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe-rência	
Moeda nacional										
Debêntures 1ª	155.269	-	(34.617)	(11.036)	5.322	197	-	-	-	115.135
Debêntures 2ª	350.102	(60)	(14.984)	(59)	14.390	452	-	-	-	349.841
IFC	116.026	-	(105.925)	(6.444)	4.709	-	-	-	81.058	89.424
Outros emprést.	33.437	-	(13.204)	(11.249)	867	-	-	-	-	9.851
Moeda estrangeira										
IFC	-	161.698	-348	-	894	-	925	(2.702)	(81.058)	79.409
Itaú L. 4131	22.522	-	(23.764)	(439)	364	-	194	1.123	-	-
Total	<u>677.356</u>	<u>161.638</u>	<u>(192.842)</u>	<u>(29.227)</u>	<u>26.546</u>	<u>649</u>	<u>1.119</u>	<u>(1.579)</u>	<u>-</u>	<u>643.660</u>

Consolidado										
	31/12/2020	Combinação de negócio	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2021
Moeda nacional										
Debêntures 1ª emissão	115.135	-	-	(47.376)	(3.172)	4.786	196	-	-	69.569
Debêntures 2ª emissão	349.841	-	-	(66.973)	-	19.322	451	-	-	302.641
Debêntures 3ª emissão – série 1	-	-	474.294	-	(16.336)	28.288	8.569	-	-	494.815
Debêntures 3ª emissão – série 2	-	-	1.897.178	-	(73.063)	125.008	11.425	-	-	1.960.548
IFC	89.424	-	-	(28.389)	(1.464)	5.320	-	-	-	64.891
CEF	3.709	-	-	(1.548)	(82)	325	-	-	-	2.404
Banco do Brasil	-	256.225	262.142	(261.000)	(13.454)	13.787	4.583	-	-	262.283
Itaú	-	100.749	-	-	(5.813)	5.106	-	-	-	100.042
Outros empréstimos	13.259	67.808	-	(71.589)	(1.780)	1.442	-	-	-	9.140
Moeda estrangeira										
IFC	79.409	-	155.699	-	(3.419)	4.378	336	(7.689)	6.001	234.715
Total	650.777	424.782	2.789.313	(476.875)	(118.583)	207.762	25.560	(7.689)	6.001	3.501.048

	Consolidado										
	31/12/2019	Combinação de negócio	Captações/Custos de debêntures	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe-rência	31/12/2020
Moeda nacional											
Debêntures 1ª	155.269	-	-	(34.617)	(11.036)	5.322	197	-	-	-	115.135
Debêntures 2ª	350.102	-	(60)	(14.984)	(59)	14.390	452	-	-	-	349.841
IFC	116.026	-	-	(105.925)	(6.444)	4.709	-	-	-	81.058	89.424
CEF	-	4.354	-	(767)	(35)	157	-	-	-	-	3.709
Outros empréstimos	46.547	7.339	47	(30.577)	(11.528)	1.431	-	-	-	-	13.259
Moeda estrangeira											
IFC - Moeda Estrangeira	-	-	161.698	(348)	-	894	-	925	(2.702)	(81.058)	79.409
Itaú L. 4131	22.522	-	-	(23.764)	(439)	364	-	194	1.123	-	-
Total	690.466	11.693	161.685	(210.982)	(29.541)	27.267	649	1.119	(1.579)	-	650.777

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários	5.109	3.470	27.211	20.586
Provisão de férias	10.209	9.396	78.047	45.228
INSS	2.437	1.830	29.800	10.652
FGTS	829	638	9.510	8.223
Provisão para dissídio	-	-	16.197	-
Outros (a)	17.125	6.006	48.321	12.695
Total	35.709	21.340	209.086	97.384

(a) Composto principalmente por provisão para participação nos resultados.

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF (a)	3.066	2.447	20.645	15.423
ISS	38	405	15.041	7.003
PIS e COFINS	797	736	3.312	1.700
IRPJ / CSLL	-	-	16.080	791
Outros	235	24	1.874	399
Total	4.136	3.612	56.952	25.316

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

19 ADIANTAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de alunos (a)	55.455	21.838
Prediu (b)	12.178	13.103
Faturamento antecipado de clientes (c)	28.278	7.972
Projetos de pesquisa	598	556
Outros	4	206
Total	96.513	43.675
Passivo Circulante	80.704	36.690
Passivo Não Circulante	15.809	6.985

(a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravalor S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravalor S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

(b) Referem-se a bolsas do programa Prediu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Vidam, de

forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos dessas bolsas são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à Prefeitura de Paripiranga.

- (c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados.

20

PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PROIES (a)	34.518	-
RFB (b)	14.106	18.073
RFB PERT LEI 13.496 (b)	10.555	11.232
ISSQN (c)	4.237	7.178
PGFN (b)	4.867	5.217
FGTS (d)	2.157	2.657
PRT IV (b)	1.653	1.919
Outros parcelamentos (b)	3.127	3.751
Total	<u>75.220</u>	<u>50.027</u>
Passivo circulante	13.185	10.119
Passivo não circulante	62.035	39.908

- (a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisul relativos à adesão ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº. 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 20 de maio de 2013.
- (b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida UniFG relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como Pis e Cofins sobre o faturamento. A Instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados.
- (c) Municipais: Refere-se a parcelamentos de ISSQN da adquirida UNIFG junto à Prefeitura de Guanambi, relativos a imposto devido sobre o faturamento dos anos de 2014 a 2020.
- (d) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IEDUC junto à Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte recolheu os valores remanescentes, por meio de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo não circulante:

	Cronograma de pagamentos	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	10.027
2023	2.446	8.297
2024	12.194	6.619
2025	11.065	2.872
Após 2025	36.330	12.093
Total	62.035	39.908

21 TÍTULOS E OBRIGAÇÕES EM AQUISIÇÕES

	Índice de Correção	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/202131/12/2020	
Earn outs				
Aquisição Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	-	2.785	5.162
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	-	403	1.395
Aquisição da Medroom	INPC	-	6.511	9.171
Aquisição da Ages e Vidam	-	-	9.731	8.475
Aquisição da ACAD	INPC	-	1.160	1.000
Aquisição Faseh Inovattus (c)	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	53.698
Aquisição UniFG	Média INPC, IGPM e IPCA	-	36.489	28.262
Aquisição Laureate	-	-	19.500	-
Parcelamentos				
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	-	16.181	16.380
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	-	10.871	13.408
Aquisição do Medroom	INPC	-	2.304	2.466
Aquisição do Politécnico	TR	-	5.271	8.799
Aquisição Manutença da Jangada	Média IGPM e IPCA	-	1.238	2.677
Aquisição Manutença da Faced	IPCA	-	1.355	1.788
Aquisição Faseh Inovattus	Média INPC, IGPM e IPCA	-	28.971	49.660
Aquisição Sociesc	INPC	-	35.276	33.336
Bolsas Proies a conceder (a)	Selic	-	58.292	-
Aquisição Milton Campos	INPC	-	20.370	-
Aquisição da GAMA	-	15.618	15.618	-
Aquisição da IBCMED	-	-	40.493	-
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (b)	Selic 100%	-	563	-
Aquisição da Fapa (Investida UniRitter) (b)	-	-	1.358	-
Outros	CDI +2% a.a.	-	-	-
Total		15.618	314.740	235.677
Passivo circulante		7.428	115.408	46.309
Passivo não circulante		8.190	199.332	189.368

(a) Refere-se ao valor de bolsas a serem ofertadas no programa PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012, assumidos pela controlada Sociesc para que os vendedores da Unisul possam quitar o parcelamento Proies, conforme descrito na nota explicativa 20. O valor das bolsas a ofertar foi mensurado a valor justo.

(b) Refere-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pela Laureate.

(c) Earn-out se refere a vagas do curso de medicina que não haviam sido aprovadas na data de aquisição e que estavam sob avaliação das

autoridades. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve sentença negativa proferida para o processo. A Administração procedeu à reavaliação da situação e concluiu pela reversão do saldo, o qual foi reconhecido no resultado do exercício, na rubrica "Outras (despesas) receitas operacionais".

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos títulos e obrigações em aquisições classificados no passivo não circulante:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	-	75.520
2023	3.957	48.080	63.287
2024	-	42.776	6.794
2025	4.233	20.456	6.321
Após 2025	-	88.020	37.446
Total	8.190	199.332	189.368

22 DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

22.1 Contingências, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisões trabalhistas	144	303	225.207	52.891
Provisões tributárias	-	-	375.537	49.131
Provisões cíveis	-	-	179.459	12.978
	144	303	780.203	115.000
(-) Depósitos judiciais	(74)	(55)	(141.873)	(63.359)
	70	248	638.330	51.641
(-) Ativos de indenização (i)	-	-	(129.972)	-
Total	70	248	508.358	51.641

(i) Refere-se ao valor das contingências reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor (nota explicativa 11).

22.2 Movimentação

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2020	Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2021
Trabalhista (a)	303	(144)	(18)	3	144
Tributária (b)	-	-	-	-	-
Cíveis (c)	-	1	(1)	-	-
Total	303	(143)	(19)	3	144

	31/12/2019	Adição/ Reversão	Pagamentos	Atualização	Compensação de depósitos judiciais	31/12/2020
Trabalhista (a)	432	(99)	(34)	5	(1)	303
Total	432	(99)	(34)	5	(1)	303

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2020	Combinação de Negócio (e)	Adições / Reversão	Adição INSS (d)	Paga- mentos	Atual- ização	Reclassi- ficação	Compensação depósitos judiciais	Contingências vendedores	31/12/2021
Trabalhistas (a)	52.891	181.762	(6.205)	15.478	(10.994)	883	-	(7.815)	(793)	225.207
Tributárias (b)	49.131	339.622	(15.670)	-	(341)	2.795	-	-	-	375.537
Cíveis (c)	12.978	174.718	(5.541)	-	(8.199)	10.237	(15)	(4.757)	38	179.459
Total	115.000	696.102	(27.416)	15.478	(19.534)	13.915	(15)	(12.572)	(755)	780.203

	31/12/2019	Combinação de Negócio (e)	Adições/ Reversão	Adição INSS (d)	Paga- mentos	Atual- ização	Compen- sação depósitos judiciais	Contin- gências vendedores	31/12/2020
Trabalhistas (a)	45.294	(31)	12.933	3.816	(3.166)	17	(4.925)	(1.047)	52.891
Tributárias (b)	49.122	-	9	-	-	-	-	-	49.131
Cíveis (c)	4.354	210	9.228	-	(1.249)	-	(196)	631	12.978
Total	98.770	179	22.170	3.816	(4.415)	17	(5.121)	(416)	115.000

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no exercício estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para essas contingências como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos vendedores. Como parte da aquisição da Laureate foi constituída uma provisão para essas contingências no valor de R\$ 84.459.

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos vendedores. Como parte da aquisição da Laureate foi constituída uma provisão para essas

contingências no valor de R\$ 32.317.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual ISCP, APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão total para essa causa é de R\$ 75.425. Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da ISCP e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".
- (e) As adições identificadas nesta coluna são decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da manutenção da Unisul, Laureate e Milton Campos em 2021 e Unicuritiba, Faseh, UniFG e Medroom em 2020.

22.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	61.944	32.737
Tributários (i)	320.968	164.620
Cíveis (ii)	147.071	28.138
Total	529.983	225.495

- (i) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da UNA e Unimonte que discutem a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 148.000; débitos tributários relativos ao recolhimento a menor do ISS, no período de outubro de 2013 a junho de 2017, diante da alegação de que a Ritter descumpriu alguns requisitos do programa UNIPOA, relativos à disponibilização ao Município de Porto Alegre, de bolsas de estudo, totalizando aproximadamente R\$ 75.000; causas referente ao registro do restante das contingências da aquisição da SOCIESC relacionadas ao questionamento sobre sua imunidade tributária (mencionada acima) no montante de aproximadamente R\$ 57.000.
- (i) Refere-se, majoritariamente, ao processo vinculado à Unisul onde o Diretório Central dos Estudantes "DCE" da referida instituição solicita redução no valor das mensalidades e processo de improbidade administrativa referente à supostas irregularidades no programa PROJOVEM.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perda possível estimada. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra

alguma Companhia e suas controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

22.4 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (a)	68	55	56.657	28.227
Tributários (b)	-	-	47.106	21.413
Cíveis (c)	6	-	38.110	13.719
Total	74	55	141.873	63.359

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2020	Combinação de negócio	Adições	Resgate	Compensação contingência	Atualização/reversão	Realocação	31/12/2021
Trabalhistas	28.227	26.059	13.936	(4.211)	(7.822)	329	139	56.657
Tributários	21.413	24.272	511	(5)	-	915	-	47.106
Cíveis	13.719	25.845	4.941	(1.705)	(4.757)	206	(139)	38.110
Total	63.359	76.176	19.388	(5.921)	(12.579)	1.450	0	141.873

	31/12/2019	Combinação de negócio	Adições	Resgate	Compensação contingência	Atualização / reversão	Realocação	Encontro de contas	31/12/2020
Trabalhistas	29.204	65	5.947	(1.251)	(4.925)	(949)	361	(225)	28.227
Tributários	23.755	-	11	-	-	385	(2.738)	-	21.413
Cíveis	8.103	162	3.907	(130)	(196)	(305)	2.377	(199)	13.719
Total	61.062	227	9.865	(1.381)	(5.121)	(869)	-	(424)	63.359

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme ata de 18 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o desdobramento de ações, na proporção de 03 (três) ações para cada 01 (uma) ação.

Com o desdobramento, o capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021, é composto por 403.868.805 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2021	31/12/2020
Total de ações em circulação	393.461.745	132.433.677
Ações em tesouraria	10.407.060	2.189.258
Total geral de ações	403.868.805	134.622.935

b) Gastos com emissão de ações

Os custos de transação da emissão de ações pelo *follow on* ocorridos em 2020 totalizaram R\$ 89.319, dos quais R\$ 87.339 foram registrados em 2020 e R\$ 1.980 registrados em 2021 como gastos complementares. Os saldos são contabilizados em conta redutora do capital social, conforme determina o CPC 08 (R1). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo acumulado desta rubrica é de R\$ 117.958.

c) Reservas de capital

Para o exercício findo 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de capital é de R\$ 33.421 (R\$ 35.236 em 31 de dezembro de 2020). Em 2021, a movimentação refere-se à remuneração baseada em ações, conforme mencionado na nota explicativa 29.2.

d) Ações em tesouraria

Conforme fato relevante divulgado em 02 de dezembro de 2021 a Companhia aprovou a abertura de um novo programa de recompra de ações ("Programa de Recompra"), autorizando a Diretoria a adquirir ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, com destinação aos Planos de Incentivo aprovados e a quaisquer outros planos que possam ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, ou seu cancelamento, sem redução do capital social. A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 23.487.006 ações ordinárias, que representam 10% do total de ações em circulação, já consideradas as ações em tesouraria. Com esse programa foi recomprado um total de 4.500.500 ações ao valor de R\$ 8,09 cada, totalizando R\$ 40.043.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ações em tesouraria é de 10.407.060 ações ordinárias no montante de R\$ 71.152 (2.189.258 ações ordinárias no montante de R\$ 38.206, em 31 de dezembro de 2020).

e) Ágio em transação de capital

Em dezembro de 2012, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

f) Lucro (prejuízo) por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro (prejuízo) básico por ação:

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(87.665)	(41.108)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	362.266	105.932
Prejuízo básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,24)</u>	<u>(0,39)</u>

(ii) Lucro (prejuízo) diluído por ação

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de 1.469 mil ações, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na nota explicativa 29.2.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(87.665)	(41.108)
Quantidade média ponderada de ações	362.266	105.932
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	1.337	490
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação - milhares	363.603	106.422
Prejuízo diluído por ação - R\$	<u>(0,24)</u>	<u>(0,39)</u>

Entretanto, considerando que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia registrou prejuízo, quaisquer ajustes resultariam em um efeito anti-dilutivo. Dessa forma, o prejuízo por ação diluído para esses exercícios é equivalente ao básico e as opções de ações outorgadas aos beneficiários do plano de opções não devem ser consideradas no cálculo.

24

PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	20.958	-
Participação dos não controladores da Faseh (i)	488	7.280
Participação dos não controladores da UniFG (i)	1.812	6.921
Participação dos não controladores da IBCMED (i)	1.654	-
Aumento de capital da controladora (diluição minoritários)	-	6.300
Resultado do exercício atribuível aos não controladores	6.337	457
Saldo final	<u>31.249</u>	<u>20.958</u>

(i) Valores referentes a alocação final do valor justo em combinação de negócios.

25

RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de produtos e serviços	3.245	7.460	4.908.497	2.493.146
Receita FIES	-	-	236.218	199.717
Descontos em mensalidades	-	-	(2.307.072)	(1.196.266)
Impostos sobre faturamento	(183)	(373)	(109.789)	(46.887)
Comissões (a)	-	-	(46.398)	(27.957)
Ajuste a valor presente	-	-	(30.651)	236
Receita líquida	<u>3.062</u>	<u>7.087</u>	<u>2.650.805</u>	<u>1.421.989</u>
Reconhecimento de receita				
Reconhecida ao longo do tempo	-	-	2.594.961	1.390.994
Reconhecida no momento da prestação	<u>3.062</u>	<u>7.087</u>	<u>55.844</u>	<u>30.995</u>
	<u>3.062</u>	<u>7.087</u>	<u>2.650.805</u>	<u>1.421.989</u>

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Gratuidade PROUNI	(427.405)	(248.499)
Bolsas e descontos concedidos (Graduação)	(1.535.350)	(849.571)
Bolsas e descontos concedidos (Pós-graduação)	(90.683)	(4.345)
Convênios com empresas	(42.009)	(24.306)
Devoluções, abatimentos e outros	(211.625)	(69.545)
Total	<u>(2.307.072)</u>	<u>(1.196.266)</u>

26

RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(39.056)	(33.159)	(1.197.215)	(696.038)
Gastos com aluguel e ocupação	(13)	(1)	(42.957)	(29.449)
Gastos com serviços de terceiros	(44.866)	(11.126)	(317.192)	(94.700)
Propaganda e publicidade	(3.605)	(1.424)	(167.486)	(81.758)
Provisão para impairment (nota explicativa nº 12 e nº 15)	-	(692)	-	(61.556)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(141.849)	(85.528)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(1.593)	(1.628)	(101.821)	(50.643)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 12 e nº 15)	(23.786)	(15.958)	(164.734)	(37.660)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 14)	-	(384)	(156.356)	(61.522)
Manutenção	(203)	(140)	(68.736)	(20.696)
Deslocamentos	(352)	(1.020)	(11.680)	(9.945)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	140	94	13.501	(22.187)
Impostos e taxas	(6.130)	(424)	(28.142)	(11.742)
Venda Colégio	27.115	-	27.115	-
Outras receitas (despesas) líquidas	15.972	6.837	(11.564)	(36.801)
Total	<u>(76.377)</u>	<u>(59.025)</u>	<u>(2.369.116)</u>	<u>(1.300.225)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(89.108)	(51.416)	(1.249.944)	(683.538)
Despesas comerciais	(3.605)	(1.424)	(167.485)	(81.758)
Crédito de liquidação duvidosa	-	-	(141.849)	(85.528)
Despesas gerais e administrativas	(567)	(11.910)	(864.273)	(338.271)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	16.903	5.725	54.435	(111.130)
Total	<u>(76.377)</u>	<u>(59.025)</u>	<u>(2.369.116)</u>	<u>(1.300.225)</u>

INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	31/12/2021				Total
	Inspirali	Ânima Core	Lifelong Learning	Corporativo	
RECEITA LÍQUIDA	679.116	1.823.106	148.583	-	2.650.805
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(186.881)	(999.694)	(63.369)	-	(1.249.944)
LUCRO BRUTO	492.235	823.412	85.214	-	1.400.861
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(7.420)	(117.640)	(16.413)	-	(141.473)
Crédito de liquidação duvidosa	(8.362)	(107.897)	(25.590)	-	(141.849)
Gerais e administrativas	(90.924)	(291.580)	(41.355)	-	(423.859)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(545)	-	(545)
Corporativo (i)	-	-	-	(403.614)	(403.614)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.841)	(767)	1.231	-	(8.377)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	376.688	305.528	2.542	(403.614)	281.144
Resultado financeiro	(139.410)	(133.140)	(9.010)	-	(281.560)
Resultado financeiro corporativo	-	-	-	(132.044)	(132.044)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	237.278	172.388	(6.468)	(535.658)	(132.460)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	28.094	18.090	4.948	-	51.132
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	265.372	190.478	(1.520)	(535.658)	(81.328)
Participação dos acionistas não controladores	(5.672)	(665)	-	-	(6.337)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	259.700	189.813	(1.520)	(535.658)	(87.665)

	31/12/2020 (ii)				Total
	Inspirali	Ânima Core	Lifelong Learning	Corporativo	
RECEITA LÍQUIDA	175.788	1.179.868	66.333	-	1.421.989
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(53.741)	(611.022)	(18.775)	-	(683.538)
LUCRO BRUTO	122.047	568.846	47.558	-	738.451
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(2.906)	(67.949)	(7.971)	-	(78.826)
Crédito de liquidação duvidosa	(2.886)	(78.933)	(3.596)	-	(85.415)
Gerais e administrativas	(14.252)	(135.768)	(35.652)	-	(185.672)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(3.585)	-	(3.585)
Corporativo	-	-	-	(165.223)	(165.223)
Outras (despesas) receitas operacionais	(150)	(42.455)	(58.946)	-	(101.551)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	101.853	243.741	(62.192)	(165.223)	118.179
Resultado financeiro	(782)	(96.234)	(1.048)	-	(98.064)
Resultado financeiro corporativo	-	-	-	(56.460)	(56.460)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	101.071	147.507	(63.240)	(221.683)	(36.345)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	393	2.730	(757)	(6.672)	(4.306)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	101.464	150.237	(63.997)	(228.355)	(40.651)
Participação dos acionistas não controladores	-	(457)	-	-	(457)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	101.464	149.780	(63.997)	(228.355)	(41.108)

- (i) Refere-se basicamente de despesas corporativas de natureza comercial, gerais e administrativas nos montantes a R\$26.012, R\$440.412, respectivamente, e a outras receitas operacionais, líquidas, no montante de R\$ 62.810.
- (ii) A apresentação contempla a alteração realizada em 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 para refletir no saldo comparativo de 31 dezembro de 2020.

A parcela não alocada refere-se, majoritariamente, às atividades administrativas do grupo realizadas pela Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com aplicações financeiras	24.144	13.983	42.208	17.877
Receita com juros de mensalidades	-	-	17.396	8.732
Variação cambial de empréstimos	-	1.579	-	1.579
Ganho com derivativos	-	3.233	-	3.233
Desconto obtido com arrendamento (nota explicativa nº14)	-	29	8.825	6.366
Impostos e outras receitas	575	(281)	7.622	7.798
Total	24.719	18.543	76.051	45.585
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa financeira de arrendamento (nota explicativa nº 14)	-	(311)	(150.689)	(76.181)
Despesa de juros com empréstimos	(208.688)	(27.195)	(233.322)	(27.916)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(27.530)	(22.786)
Variação cambial passiva/ativa de empréstimos	(6.001)	-	(6.001)	-
Despesa/Receita com derivativos	1.106	(5.715)	1.106	(5.715)
Perda com derivativo realizado	(5.069)	-	(5.069)	-
Despesa bancária	(428)	(11.622)	(1.422)	(12.629)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(762)	-	(44.358)	(27.286)
Outras despesas	(613)	(408)	(22.370)	(27.596)
Total	(220.455)	(45.251)	(489.655)	(200.109)
Resultado financeiro	(195.736)	(26.708)	(413.604)	(154.524)

29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

Controladora													
31/12/2021							31/12/2020						
Ativo				Passivo		Resultado	Ativo			Passivo		Resultado	
Contas a receber (a)	Mútuos	Outros	Dividendos a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas	
Brasil	65.531	-	-	-	703	-	-	16.730	-	28.177	201	262	-
UniRitter (b)	-	-	-	-	5.405	171.386	-	-	-	-	-	-	-
IEDUC	10.290	-	-	-	622	-	-	2.784	-	20.170	216	-	-
Unimonte	2.978	-	-	-	33	-	-	1.273	2.513	2.823	115	-	-
SOCIESC	19.926	-	-	-	849	-	-	3.922	-	-	102	-	-
Instituto Ânima	-	11.859	-	-	20	-	1.320	-	10.242	-	48	-	505
FACEB	5.268	-	-	-	55	-	-	1.081	-	-	-	-	-
Sobepe	-	-	-	17.407	-	-	-	1	-	4.824	-	-	-
Unisul	-	-	-	-	-	-	-	7.460	-	-	-	-	7.460
Politécnico	2.076	-	-	-	-	-	-	249	-	-	-	-	-
HSM Brasil	2.040	-	-	-	7	-	-	224	-	-	-	-	-
VIDAM	7.811	-	-	-	269	-	-	1.487	-	-	-	-	-
Unicuritiba	2.671	-	-	-	81	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIFG	2.962	-	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-	-
Inspirali (c)	35	-	168.249	-	45	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahema (d)	12.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VC Network	-	-	-	18.581	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.576	147	-	-	293	7	-	1.532	59	-	(7)	77	-
Total	137.164	12.006	168.249	35.988	8.420	171.393	1.320	36.743	12.814	55.994	675	339	7.965

	Consolidado									
	31/12/2021					31/12/2020				
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado
	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Resultado	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Resultado	
Santa Antonieta Gestão Patrimonial	-	-	-	82	-	-	-	81	1.194	
Instituto Ânima (e)	-	12.460	669	-	1.320	10.843	48	-	505	
Unisul	-	-	-	-	-	-	-	-	7.460	
Compostella	-	-	-	1	-	-	-	1	-	
Bahema (d)	12.000	-	-	-	-	-	-	-	-	
Virtual Case	-	-	-	2	-	-	-	2	-	
Total	12.000	12.460	669	85	1.320	10.843	48	84	9.159	

- (a) Refere-se ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.
- (b) Refere-se ao recebimento do contrato de sale & leaseback com o fundo Vinci Imóveis Urbanos Fundo de Investimento Imobiliário – FII. O objeto do Contrato são dois imóveis localizados nos municípios de Porto Alegre e Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, onde estão localizados os campi da UniRitter. Nos termos do Contrato, o Fundo adquiriu, através de uma transação de sale & leaseback, a totalidade dos dois imóveis, pelo valor de R\$171.386, sendo R\$62.886 pagos em 30 de junho de 2021, R\$50.000 pagos em 15 de julho de 2021, R\$50.000 pagos em 16 de julho de 2021 e R\$ 8.500 pagos em 26 de outubro de 2021. O valor foi recebido pela Controladora que realizará o repasse a UniRitter.
- (c) Valor referente à cessão de ações da Sobepe pela Controladora à Inspirali pelo seu valor patrimonial de R\$ 168.248 em 2 de agosto de 2021. Valor será quitado em até 5 anos.
- (d) Em 29 de outubro de 2021 a companhia fechou a transação de alienação para a Bahema Educação S.A. ("Bahema"), das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau ("EIs") e do Colégio Tupy ("COT") em Joinville, aprovados pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que representam as entidades Escola PGP e Colégio. O valor da transação é de R\$ 30.000 pagos em duas parcelas, a primeira de R\$ 18.000, recebida nesta data líquida de gastos com a transação e a segunda no valor de R\$ 12.000 que será abatida ou acrescida pela dívida líquida e que será paga até maio de 2022.
- (e) Refere-se, principalmente, a empréstimos concedidos para fomentar projetos que visam desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino. A quitação deverá ocorrer no prazo de 84 meses a partir de dezembro 2021, data da finalização do projeto.

Não há incidência de juros sobre as transações entre as empresas do Grupo.

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	6.260	7.412	12.283	7.785

29.2 Remuneração baseada em ações

Em 22 de março de 2021, a Companhia assinou, juntamente com alguns executivos, instrumento particular de condições especiais para compra de ações, que libera a opção de compra de um lote limitado de 1.110.654 ações da Companhia (ANIM3), ao valor de custo de R\$ 6,39 cada ação. Em razão do pleno atingimento das metas previstas em contrato, em 30 de junho de 2021 os executivos mencionados acima adquiriram a totalidade das ações. Tal valor está registrado na rubrica "reserva de capital" no patrimônio líquido no valor de R\$ 7.097.

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia assinou, juntamente com o principal executivo da Sociesc, Instrumento de Transação, Distrato e Outras Avenças, onde foi consensual a apuração de suas metas para a bonificação em ações, a

qual o executivo fará jus a 1.469 (490 mil antes do desmembramento das ações) mil ações da Companhia (ANIM3). O valor justo das ações outorgadas foi determinado através do preço médio das ações no mês de janeiro de 2016, período em que foram compradas as ações para pagamento da bonificação, e que estão mantidas, em tesouraria, ao preço médio de R\$ 3,42 reais (R\$ 10,27 reais antes do desmembramento das ações). As ações foram transferidas em 3 de março de 2022.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2021:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	602.974	1.526.418	2.639.542	4.768.934
Fornecedores	151.303	-	-	151.303
Títulos e obrigações em aquisição	134.994	104.983	132.774	372.751
Arrendamentos a pagar	328.798	493.228	1.731.101	2.553.127
Derivativos	1.228	2.806	5.786	9.820
Em 31 de dezembro de 2020:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	148.319	380.753	225.961	755.033
Fornecedores	48.829	-	-	48.829
Títulos e obrigações em aquisição	38.220	156.571	40.886	235.677
Arrendamentos a pagar	43.908	114.365	541.860	700.133
Derivativos	406	1.361	1.362	3.129

- (b) Risco de crédito – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui provisão para perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

- (i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno

negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com o objetivo de mitigar os possíveis efeitos da pandemia, a Companhia negociou uma flexibilização na modalidade de financiamento dos alunos junto ao Pravalier (nota explicativa 3.3).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as contas a receber encerraram com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores, como: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no período; e os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos e acreditam que, juntas, tais medidas poderão reverter os valores vencidos aos patamares historicamente observados. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

- (ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating (nota explicativa 30.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	121	18.100	169.248	73.183
Aplicações financeiras	6	140.214	1.056.301	346.053	1.204.671
Contas a receber	7 e 29	137.164	36.743	671.947	378.978
Adiantamentos diversos	8	5.656	3.478	44.202	24.985
Créditos com partes relacionadas	29	180.255	12.814	12.460	10.843
Total		<u>463.410</u>	<u>1.127.436</u>	<u>1.243.910</u>	<u>1.692.660</u>

- (c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

- (i) Risco de câmbio - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor	Cotação contratada	Ajuste valor justo	Taxa contratada	Taxa SWAP
10/07/2020	15/03/2028	15.000	83.708	5,3760	1.166	Libor +2% a.a.	CDI+1,95% a.a.
09/04/2021	15/03/2028	29.000	161.835	5,5752	7.621	Libor +2% a.a.	CDI+2,50% a.a.
Total		44.000	245.543		8.787		
Ativo Circulante					1.098		
Ativo Não Circulante					7.689		

- (ii) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 31.

30.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	3.135.092	643.660	3.501.048	650.777
Arrendamentos a pagar	14	-	2.421	1.556.878	666.579
Derivativos	30.1	8.787	2.205	8.787	2.205
Caixa e equivalentes de caixa	6	(121)	(18.100)	(169.248)	(73.183)
Aplicações financeiras	6	(140.214)	(1.056.301)	(346.053)	(1.204.671)
Dívida líquida		3.003.544	(426.115)	4.551.412	41.707
Patrimônio líquido	23	2.381.112	2.505.518	2.412.361	2.526.476
Dívida total		5.384.656	2.079.403	6.963.773	2.568.183
Índice de alavancagem financeira		56%	(20%)	65%	2%

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, foi de 10,01% (3,23%, em 31 de dezembro de 2020).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	3.185.727	3.135.092	644.196	643.660
Arrendamentos a pagar	14	-	-	2.421	2.421
Derivativos	30.1	8.787	8.787	2.205	2.205
Total		<u>3.194.514</u>	<u>3.143.879</u>	<u>648.822</u>	<u>648.286</u>
		Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	3.551.487	3.501.048	651.286	650.777
Arrendamentos a pagar	14	1.556.878	1.556.878	666.579	666.579
Títulos e obrigações em aquisições	21	314.315	314.740	295.329	235.677
Derivativos	30.1	8.787	8.787	2.205	2.205
Total		<u>5.431.467</u>	<u>5.381.453</u>	<u>1.615.399</u>	<u>1.555.238</u>

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contrapartes sem classificação externa de crédito	137.164	36.743	671.947	378.978
	<u>137.164</u>	<u>36.743</u>	<u>671.947</u>	<u>378.978</u>
Caixas e Bancos				
Caixa	27	32	245	250
Bancos				
AAA (i)	7	341	2.799	7.611
AA (i)-	85	42	5.878	9.086
A- (i)	2	22	2.370	209
	<u>121</u>	<u>437</u>	<u>11.292</u>	<u>17.156</u>
Aplicações financeiras - Investimento				
AAA (i)	27.037	467.826	240.42	626.887
AA (i)	68.028	293.102	72.275	295.372
A- (i)	45.149	313.036	191.312	338.439
	<u>140.214</u>	<u>1.073.964</u>	<u>504.009</u>	<u>1.260.698</u>

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

31 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 9,15% (divulgada pela CETIP), INPC – 10,16%, IPCA – 10,06%, IGPM – 17,79% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 5,32% (divulgada pela IDG) e TR – 0% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

	Indexador	Risco	Valor	Controladora		
				31/12/2021		
				Efeito no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(140.214)	(12.830)	(16.037)	(19.244)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	2.892.464	264.660	330.826	396.991
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	234.715	795	994	1.193
Derivativos	CDI	Alta do CDI	8.787	804	1.005	1.206
Exposição líquida - perda			<u>2.995.752</u>	<u>253.429</u>	<u>316.788</u>	<u>380.146</u>

Consolidado						
31/12/2021						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(504.009)	(46.117)	(57.646)	(69.175)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	3.257.192	298.033	372.541	447.050
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	234.715	795	994	1.193
Derivativos	CDI	Alta do CDI	8.787	804	1.005	1.206
Títulos e obrigações de aquisições	CDI	Alta do CDI	-	-	-	-
Títulos e obrigações de aquisições	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	30.240	3.832	4.790	5.748
Títulos e obrigações de aquisições	INPC	Alta do INPC	131.080	13.318	16.648	19.977
Títulos e obrigações de aquisições	TR	Alta da TR	5.273	-	-	-
Títulos e obrigações de aquisições	Média IGPM/IPCA	Alta da média	1.555	217	271	325
Títulos e obrigações de aquisições	IPCA	Alta do IPCA	1.355	136	170	204
Títulos e obrigações de aquisições	Selic	Alta da Selic	58.292	449	337	224
Exposição Líquida - perda			<u>3.224.480</u>	<u>271.467</u>	<u>339.110</u>	<u>406.752</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

32 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

33.1 Transações que não afetam caixa

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- Compensamos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos com créditos tributários diferidos no valor de R\$ 11.246 sem efeito caixa;
- Aumento de capital na Sociesc de R\$ 10.000 compensado com créditos antecipado na aquisição da Unisul.
- Compensamos o montante de R\$ 12.572 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa;
- Em 20 de janeiro de 2021, foi exercida a opção de compra da manutenção da

Unisul. Compensamos o valor de compra com o valor que já havíamos antecipado durante 2019 e 2020 no montante de R\$ 223.577. Também nesta operação compensamos o valor a pagar de R\$ 21.400 com os valores a receber dos vendedores (sendo R\$ 13.000 referentes às mensalidades de janeiro 2021, R\$ 7.617 à cogestão de 2020 e R\$ 783 referente à encontro de contas).

- (e) Transferência do imobilizado para imóveis disponível para venda no valor total de R\$ 153.014 referente aos imóveis negociados no contrato de sale & leaseback.
- (f) Aumento de capital na Rede de R\$ 372.581 e na Pensare de R\$ 2.967.325 compensado com adiantamento para futuro aumento de capital.

33.2 Atividades de financiamento

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos a pagar	Débito com partes relacionadas	Ações em tesouraria	Derivativos	Títulos a pagar
Saldo em 31/12/2020	(643.660)	(2.421)	(339)	38.206	(2.205)	-
Fluxo de Caixa						
Atividades de operacionais	98.069	225	332	-	-	-
Atividades de financiamentos	(2.382.501)	24	-	40.043	5.069	15.271
	(2.284.432)	249	332	40.043	5.069	15.271
<u>Variação sem Caixa:</u>						
Variação cambial	(6.001)	-	-	-	6.001	-
Variação derivativos	-	-	-	-	(9.963)	-
Movimentação MTM	7.689	-	-	-	(7.689)	-
Juros incorridos	(208.688)	-	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(762)
Remuneração baseada em ações	-	-	-	(7.097)	-	-
Arrend. direito de uso imóveis	-	2.172	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-	(30.127)
Mútuos	-	-	(171.386)	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	(3.135.092)	-	(171.393)	71.152	(8.787)	(15.618)

	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos a pagar	Débito com partes relacionadas	Ações em tesouraria	Derivativos	Títulos e obrigações a pagar
Saldo em 31/12/2020	(650.777)	(666.579)	(84)	38.206	(2.205)	(235.677)
Fluxo de Caixa						
Atividades de financiamentos	(2.312.438)	103.398	-	40.043	5.069	119.855
Atividades de operacionais	118.583	150.689	-	-	-	-
	(2.193.855)	254.087	-	40.043	5.069	119.855
<u>Variação sem Caixa:</u>						
Combinação de negócios	(424.782)	(611.189)	-	-	-	(169.102)
Variação cambial	(6.001)	-	-	-	6.001	-
Variação derivativos	-	-	-	-	(9.963)	-
Movimentação MTM	7.689	-	-	-	(7.689)	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	(7.097)	-	-
Juros incorridos	(233.322)	-	-	-	-	(28.657)
Ajuste a valor presente	-	(150.689)	-	-	-	(17.283)
Desconto obtido	-	8.825	-	-	-	(15.895)
Investimento	-	-	-	-	-	(30.127)
Intangível	-	-	-	-	-	-
Earnout	-	-	-	-	-	62.146
Arrend. direito de uso imóveis	-	(391.333)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	(3.501.048)	(1.556.878)	(84)	71.152	(8.787)	(314.740)

Acordo de Investimento com a DNA Capital Consultoria Ltda.

Em 29 de novembro de 2021, a Ânima Holding S.A. assinou um Contrato de Investimento com a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão ("DNA Capital"), mediante o qual deverá aprovar o aumento de capital de sua controlada Inspirali Educação S.A., com a expressa renúncia ao direito de preferência que lhe assiste em favor da DNA Capital mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Inspirali Educação S.A., pelo preço de emissão total de R\$1.000.000, correspondente a 25,0% de seu capital social total e votante. Por meio do Contrato de Investimentos, sujeito às condições precedentes costumeiras nesse tipo de operação, a Controladora assumiu, entre outras obrigações, as seguintes:

Concluir uma reorganização societária, em fase final, para consolidar, no âmbito da Inspirali, os resultados econômico-financeiros provenientes das operações educacionais relativas aos cursos de medicina;

Comparecer e realizar uma Assembleia Geral Extraordinária da Ânima Holding S.A., na qual deverá submeter a entrada da DNA Capital na Inspirali, mediante a emissão de novas ações ordinárias, que representarão os 25,0% do capital social total e votante da Inspirali ("Ações Subscritas");

A DNA Capital, por sua vez, superadas as condições acima, subscreverá e integralizará a totalidade das Ações Subscritas, pelo preço de subscrição correspondente a R\$ 1.000.000, a ser pago à vista.

Dentre as condições precedentes para implementação da operação, ressalta-se a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da legislação aplicável.

EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aprovação pelo CADE do acordo celebrado entre a Companhia e a DNA Capital para investimento na Inspirali

Em 28 de janeiro de 2022 o Acordo de Investimento mencionado na nota explicativa nº 34 foi aprovado sem restrições, pela Superintendência-Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Conforme norma vigente, após a publicação do ato, teve início a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para que referida decisão transite em julgado, se tornando definitiva. Tão logo as demais condições precedentes sejam satisfeitas, o fechamento da transação com a DNA Capital será concluído. Para tanto, foi convocada assembleia geral extraordinária da Companhia para a data de 29 de março de 2022, quando o assunto será submetido à apreciação dos acionistas.

b) Fechamento da operação com a Telefônica Brasil

Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia e a Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil") firmaram contrato de investimento para a constituição de uma joint-venture na área de educação. Ao associar o *know-how* do Grupo em fornecer cursos na modalidade digital à capacidade de distribuição em escala da Telefônica Brasil, o objetivo da joint-venture será ofertar trilhas personalizadas, com conteúdo atuais e com demanda no mercado de trabalho contemporâneo, contribuindo com o desenvolvimento e emancipação de seus clientes. Para a sociedade ser constituída e começar a operar, um processo foi submetido à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tal aprovação ocorreu no dia 16 de março de 2022.

Ânima Holding S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Ânima Holding S.A. (Companhia), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e ii) a Proposta de Não Distribuição de Dividendos, considerando que não houve apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames efetuados, e considerando ainda o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 28 de março de 2022, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos e proposta estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Carla Alessandra Trematore
Presidente do Conselho Fiscal

Guillermo Oscar Braunbeck
Conselheiro

Roberta Anchieta da Silva
Conselheira